

O HOMEM PAULISTA

PASQUALE PETRONE

SUMÁRIO

- I. São Paulo e sua importância demográfica.
- II. O crescimento da população paulista.
- III. As áreas de densidades.
- IV. O censo de 1950 e a distribuição por sexo e idade.
- V. Repartição da população quanto à cor.
- VI. As nacionalidades.
- VII. As religiões.
- VIII. A instrução e as atividades profissionais.
- IX. O povoamento nos tempos coloniais.
- X. O povoamento nos séculos XIX e XX.
- XI. Os centros urbanos e a urbanização do território.
- XII. A rede urbana do Estado e suas características.
- XIII. Estrutura e fisionomia das cidades.
- XIV. As regiões geo-humanas do Estado de São Paulo.
Bibliografia.

São Paulo e sua importância demográfica. — No conjunto das unidades federadas brasileiras, o Estado de São Paulo aparece-nos com certo destaque, não só quanto à sua população total, que é a mais elevada do país, mas também, e principalmente, pelo fenômeno demográfico que representa, desde que se trata de uma das unidades de maior crescimento populacional dos últimos decênios.

Com apenas 1 384 753 habitantes em 1890, São Paulo atingiu o total de 9 134 423 habitantes em 1950, estando sua população estimada para mais de dez milhões nos nossos dias (1). Em 1890, sua população era inferior à de Minas Gerais (3 184 099 hab.) e à da Bahia (1 919 802 hab.), sendo pouco superior à de Pernambuco, que então contava com 1 030 224 habitantes (2).

Atualmente, São Paulo não só é a mais importante expressão demográfica do Brasil, como, também, supera o efetivo humano de muitos e importantes países no Globo. No continente americano apenas os Estados Unidos, o Canadá, o México e a Argentina apresentam população total superior.

O crescimento da população paulista. — O crescimento da população do Estado de São Paulo, com índices como os que o caracterizam em nossos dias, é um fenômeno recente. Basta lembrar que até o ano de 1872, quanto teve lugar o Primeiro Recenseamento Geral do Brasil, sua população ainda

(1) I. B. G. E. — Conselho Nacional de Estatística — Serviço Nacional de Recenseamento — *VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950* — Série Regional, Volume XXV, Tomo 1, Estado de São Paulo, *Censo Demográfico*, Rio de Janeiro, 1954.

(2) CAMARGO, José Francisco de — *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos* — (Ensaio sobre as relações entre a Demografia e a Economia), U. S. P., Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim n.º 153, Economia Política e História das Doutrinas Econômicas n.º 1, São Paulo, 1952.

não chegara a um milhão, pois o total recenseado foi de apenas 837 354 habitantes. Tal cifra, três séculos e meio após ter sido iniciada a colonização das atuais terras bandeirantes, é eloquente testemunho de como foi lento o crescimento da população paulista até então. As cifras abaixo podem ilustrar melhor o fato:

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO
ATÉ O ANO DE 1872

Ano	População	Ano	População
1797	158 450	1805	193 729
1811	200 478	1814	211 928
1836	284 312	1845	360 000
1854	417 149	1872	837 354 (3)

As cifras acima nem sempre são dignas de crédito; todavia, mesmo considerados os erros que porventura contenham, servem ao nosso objetivo, pois fornecem uma boa idéia sobre a lenta evolução da população paulista.

Entre 1836 e 1854, o crescimento foi de 46,7%, subindo a 100,7% entre 1854 e 1872. Até então, o crescimento da população fez-se praticamente apenas em função do saldo de nascimentos em relação aos óbitos. Crescimento vegetativo, portanto, sem participação importante da imigração, quer de estrangeiros, quer de nacionais oriundos de outros Estados. Somente a população escrava contribuía para aumento pela imigração. Nos anos citados, o contingente escravo foi o seguinte:

Anos	Total de Escravos	% da pop. total
1836	78 013	27,4
1854	117 731	28,2
1874	156 612	18,7 (4)

Convém esclarecer que mesmo o contingente escravo era em grande parte resultante do crescimento vegetativo, particularmente a partir de meados do século, quando se sucederam as leis anti-escravagistas.

É necessário acrescentar que, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, o território do atual Estado de São Paulo sofreu várias sangrias na sua população, ocasionadas pelo deslocamento de paulistas para as áreas de mineração (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso), em todo o século XVIII, e pelo recrutamento para sustentar as Guerras do Sul ou para a fundação de colônias militares nas fronteiras, no mesmo período (5).

De 1872 até 1920, a evolução da população paulista foi bem mais rápida:

Anos	População
1872	837 354
1886	1 221 380
1890	1 384 753
1900	2 282 279
1920	4 592 188 (6)

(3) CAMARGO, José Francisco de — *Obra citada*, págs. 19 e 20.

(4) CAMARGO, José Francisco de — *Obra Citada*, II Volume.

(5) MORAES, Rubens Borba de — *Contribuições para a História do Povoamento em S. Paulo até fins do século XVIII* — in "Geografia", São Paulo, Ano I, N.º 1, 1935, págs. 73 e 75.

(6) CAMARGO, José Francisco de — *Obra Citada* e I. B. G. E. — *VJ Recenseamento Geral do Brasil*.

Em 50 anos, a população paulista quintuplicou, tendo ultrapassado a casa dos quatro milhões e meio de habitantes. Neste período, São Paulo sobrepujou a todos os principais Estados brasileiros no ritmo de crescimento, conforme pode ser verificado pelo quadro a seguir:

CRESCIMENTO E IMPORTÂNCIA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE
ALGUNS ESTADOS

Estados	Crescimento (%)		Composição (%)		
	1890-1900	1900-1920	1890	1900	1920
São Paulo	64,8	101,2	9,6	13,2	15,0
Minas Gerais	12,9	63,8	22,2	20,8	19,2
Bahia	10,3	57,4	13,4	12,2	10,9
Pernambuco	14,4	82,9	7,2	6,8	7,0
Rio Grande do Sul ...	28,0	90,0	6,3	6,6	7,1
Rio de Janeiro	5,6	68,4	6,1	5,3	5,1
Outros	20,4	79,9	35,2	35,1	35,7
Brasil	20,8	76,9	100,0	100,0	100,0

De 9,6% da população brasileira em 1890, o efetivo humano de São Paulo chegou a representar 15% do total em 1920. Para esse incremento, já bastante rápido, tivemos a participação, sem dúvida importantíssima, do elemento alienígena que para São Paulo veio ter como imigrante. Contrariamente ao que sucedera no período anteriormente considerado, quando o crescimento vegetativo fôra quase o único fator na evolução da população, nesses cinquenta anos, de 1872 a 1920, tivemos uma evolução que se caracterizou pela grande influência do imigrante.

Desde o momento em que teve início a imigração no Estado de São Paulo, até 1920, foram os seguintes os contingentes globais registrados:

Anos	Imigrantes
1827-1836	982
1837-1854	3 227
1855-1874	6 965
1875-1886	42 342
1887-1900	909 969
1901-1920	890 968

Dos totais acima discriminados, couberam as seguintes parcelas aos imigrantes oriundos de outras partes do Brasil: 413 de 1875 até 1886; 552 entre 1887 e 1900; 67 326 do início do século até o ano de 1920. A contribuição anterior a 1875 foi irrisória e não registrada (9)

Daí pode-se concluir que até 1920 a contribuição do elemento imigrante praticamente restringiu-se ao estrangeiro. Consideradas as cifras acima, a participação do imigrante no aumento da população no período em questão (1874-1920) pode ser resumida como segue:

(7) Organizado com elementos obtidos em CAMARGO, José Francisco de — *Obra citada*.

(8) DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO — Seção de Informações — *Dados para a História da Imigração e da Colonização em São Paulo*, S. Paulo, 1916; CAMARGO, José Francisco de — *Obra Citada*.

(9) CAMARGO, José Francisco de — *Obra Citada*.

Anos	Aumento da população	% sôbre o aumento da população		
		Imigr. bras.	Imigr. Estr.	Total
1875-1886	396 982	0,1	10,6	10,7
1887-1900	1 058 228	0,05	85,9	86,0
1901-1920	2 312 580	2,9	35,6	38,5 (10)

É evidente, entretanto, que as percentagens acima não refletem a realidade, dado o fato de estarem sendo considerados períodos relativamente longos, dados os movimentos de população — vegetativos ou não — e dados principalmente os retornos à suas terras de origem ou à saída de muitos para outros Estados da Federação. Daí ser mais interessante verificar a influência do imigrante através dos saldos do movimento migratório. Assim, por exemplo, entre 1908 e 1920 o saldo de estrangeiros, das entradas em relação às saídas, foi de 166 397 indivíduos, o que representa 10,9% do aumento da população total do Estado nesse período. Mesmo neste caso, a participação dos imigrantes deve ser considerada apreciável, particularmente porque vale, também, pelo crescimento vegetativo que iria incrementar em seguida.

O fato é que, em 1920, os estrangeiros somavam 829 851 indivíduos, representando 18,1% da população do Estado. Os principais grupos, por nacionalidades, eram os seguintes:

ESTRANGEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO — 1920

Nacionalidades	Total	% do total de Estrangeiros
Italianos	398 797	48,1
Espanhóis	171 289	20,6
Portugueses	167 198	20,1
Japoneses	24 435	2,9
Alemães	11 060	1,3
Outras Nacionalidades	57 103	6,9 (11)

Com essas cifras, o Estado de São Paulo já se alinhava entre as principais áreas de imigração do Globo na época, com um dos grandes efetivos cosmopolitas que as caracterizavam. A esse respeito, a situação de São Paulo, comparada com a de todo o Brasil e com os Estados Unidos, é bem sugestiva:

Circunscrição	População Total		
	1890	1900	1920
Brasil	14 333 915	17 318 556	30 635 605
Estados Unidos	62 947 714	75 994 575	105 710 620
São Paulo	1 384 753	2 282 279	4 592 188
<i>Estrangeiros</i>			
	351 545	1 279 063	1 565 961
	9 121 867	10 213 817	13 712 754
	75 030	529 187	829 851

(10) CAMARGO, José Francisco de — *Obra Citada*.

(11) CAMARGO, José Francisco de — *Obra Citada*.

A importância relativa do efetivo estrangeiro em cada uma das unidades consideradas, nos mesmos anos, é bem mais expressiva:

% DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM
RELAÇÃO AO TOTAL

<i>Circunscrição</i>	1890	1900	1920	
São Paulo	5,4	23,2	18,1	(12)
Estados Unidos	14,5	13,4	13,0	
Brasil	2,5	7,4	5,1	

De 1920 a 1950, a população paulista continuou a subir rapidamente, atingindo cifras absolutas que suplantaram as de todos os demais Estados brasileiros:

População presente

1920	4 592 188	
1940	7 180 316	
1950	9 134 423	(13)

De 1920 a 1940, o aumento absoluto da população foi de 2 588 128, ou seja, 56,4%, enquanto que entre 1940 e 1950 foi de 1 954 107 pessoas, decrescendo, como é natural, o aumento relativo.

Um primeiro fato a observar é que nessas últimas três décadas subiu a importância relativa da população paulista no conjunto do Brasil; sendo de 15% em 1920, passou para 17,41% em 1940 e cerca de 17,4% em 1950. A população paulista representa, portanto, aproximadamente uma sexta parte do total da população brasileira.

O aumento verificado neste último período volta a ser, como o anterior a 1872, função principalmente do crescimento vegetativo, completado, porém, pela participação do imigrante nacional. Tal fato, para o qual nos chama a atenção Elza Coelho de Souza Keller (14), não é muito difícil de comprovar. Em primeiro lugar, decresce a imigração de estrangeiros, sendo que apenas a de Japoneses adquire alguma expressão. Entre 1921 e 1934, ainda ingressam no Estado 584 322 estrangeiros, dos quais 132 725 Japoneses, 118 483 Portugueses e 75 925 Italianos. Entre 1935 e 1940, os imigrantes caem para 77 599 e para apenas 4 763 entre 1941 e 1945. O saldo de imigrantes estrangeiros nesse período (1921-1945) foi de apenas 231 101 (15). A participação da imigração estrangeira no aumento da população foi, portanto, pequena, atingindo 12,4% entre 1921 e 1934, mas caindo para 0,1% entre 1935 e 1940 e não tendo nenhum significado em seguida. Tal decréscimo, em rápidas linhas, póde ser atribuído às medidas restritivas contidas na Constituição Brasileira de 1934, com relação à imigração, às medidas limitadoras tomadas nos principais países de emigração (Itália e Portugal, por exemplo), assim como à Segunda Guerra Mundial. Evidentemente, outras causas se fizeram sentir, mas não nos cabe aqui esmiuçá-las.

(12) CAMARGO, José Francisco de — *Obra Citada*.

(13) I. B. G. E. — VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950.

(14) KELLER, Elza Coelho de Souza — *Notas sobre a Evolução da População do Estado de São Paulo de 1920 a 1950* — in "Aspectos geográficos da Terra Bandeirante", Simpósio organizado pelo Conselho Nacional de Geografia, I. B. G. E., Rio de Janeiro, 1954, pág. 209 e seguintes.

(15) CAMARGO, José Francisco de — *Obra citada*.

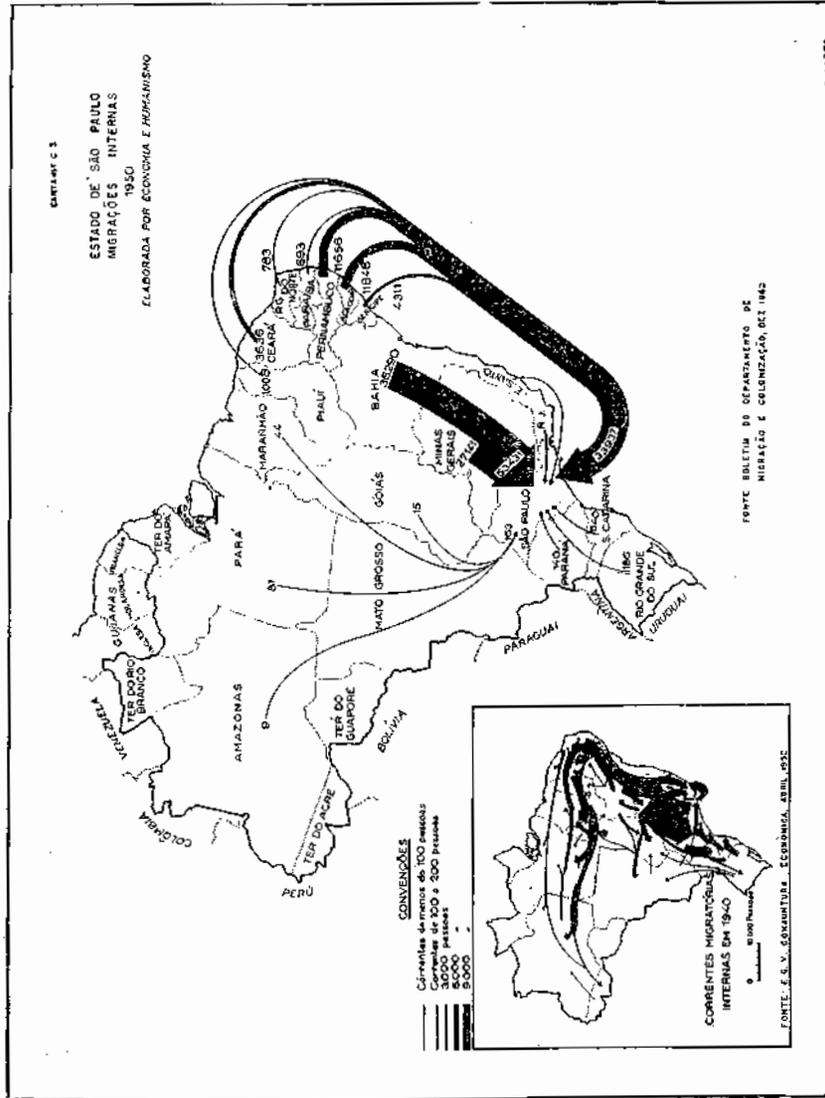


FIG. 1 — De obra *Necessidades e Possibilidades do Estado de São Paulo* — Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai — II Volume — São Paulo — 1954 — pag. 228.

Ao mesmo tempo que decresceu a imigração estrangeira, adquiriu excepcional relevo a entrada, no Estado bandeirante, de imigrantes nacionais.

Razões sociais e econômicas fizeram com que gente de Minas Gerais e da Bahia, do Estado do Rio ou do Nordeste, viesse para São Paulo. As condições climáticas do Nordeste Oriental, com todas as suas decorrências, foram responsáveis por verdadeiro êxodo — que se avolumou depois de 1950 — de nordestinos para São Paulo (16). De 1921 até 1945, entraram no Estado 838 804 imigrantes nacionais, com um saldo em relação às saídas de 512 711 indivíduos (17).

A participação desses elementos nacionais no aumento da população do Estado, considerados apenas os saldos, foi relevante e merecedora de destaque. Entre 1921 e 1934, representou 6% apenas; no período 1935-1940, chegou a 37,3%, descendo para 22,5% entre 1941 e 1945. Não há dúvida que o caráter de *Estado de imigração* marca bem a terra bandeirante. De resto, foi o crescimento vegetativo que mais contribuiu para o incremento numérico da população paulista. Melhor regime alimentar que na maior parte do restante território brasileiro, melhoria das condições de higiene, assistência médico-hospitalar superior, são fatores que contribuíram para baixar os índices de mortalidade, particularmente infantil, permitindo assim, apesar de pequena queda da natalidade, que permanecessem elevados os saldos populacionais.

As áreas de densidades. — Do fim do século passado aos nossos dias a população relativa do Estado evoluiu da seguinte forma:

Estado de São Paulo — Densidade Demográfica

(Habitantes por Km²)

Ano	1890	1900	1920	1940	1950
Densidade	5,6	9,23	18,57	29,04	36,95 (18)

Percebe-se com facilidade como a população relativa do Estado tem aumentado bastante rapidamente.

Com seus quase 37 habitantes por Km², São Paulo tornou-se, em 1950, uma das unidades federadas mais densamente povoadas do Brasil. Não considerada a população urbana, que praticamente representava 40% do total, e da

(16) Mesmo antes de 1950, a corrente migratória de elementos nacionais para São Paulo já havia adquirido um papel relevante. "A partir de 1938, com a grande seca verificada principalmente nos sertões setentrionais de Minas e no sudeste da Bahia, intensificou-se a corrente dessa mão de obra, que, no ano de 1939, alcançou, 100 139 indivíduos, a maior cifra de migração interna havida em um ano no Brasil" (SIMONSEN, Roberto C. — *Ensaio Social, Político e Econômico*, Edição da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, São Paulo, janeiro de 1943, pág. 142). Posteriormente puderam ser registradas cifras maiores. No ano de 1950, encontravam-se em São Paulo os seguintes grupos de naturais de outros Estados:

Mineiros	512 736	Baianos	189 685
Pernambucanos	62 745	Alagoanos	56 788
Fluminenses	56 076	Paranaenses	32 709
Cearenses	29 054	Sergipanos	25 033
Cariocas	18 172	Catarinenses	15 410
Gauchos	13 741	Matogrossenses	13 016
Paraibanos	10 712	Outros	44 517

Total.... 1 080 396 (I. B. G. E. — VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950 — Obra citada, pág. 10).

(17) CAMARGO, José Francisco de — *Obra citada*.

(18) CAMARGO, José Francisco de — *Obra citada* e KELLER, Elza Coelho de Souza — *Obra citada*, pág. 209.



qual teremos ocasião de tratar mais pormenorizadamente, o restante da população paulista distribuiria-se muito irregularmente pelo seu território. Os principais fatos que julgamos merecedores de maior destaque são os seguintes:

1. A fachada litorânea do Estado, com suas estreitas e descontínuas planícies, alongadas no sopé da Serra do Mar, é uma das regiões de mais baixas densidades de população. Tendo sido a primeira a ser povoada pelos europeus apresenta-se, entretanto, pouco povoada. É um fato interessante, dado que na maioria dos casos a orla litorânea aparece sempre como a mais populosa. A situação é tão paradoxal que, quem julgasse da situação demográfica do Estado em função de seu litoral teria, sem dúvida, uma impressão inteiramente errada. É que nossa região costeira não oferece condições econômicas satisfatórias, além de climaticamente não favorecer o povoamento.

2. O Planalto Paulistano com a região de São Paulo, é a parte mais densamente povoada. Ali se concentra seguramente um terço da população do Estado, fato que transparece facilmente em uma carta das densidades. Tal situação se justifica pela concentração industrial, pelo alto índice de urbanização e pela antiguidade do povoamento.

3. Zonas como as do Vale do Paraíba, vertente ocidental da Mantiqueira, Depressão paleozóica, cujo povoamento se processou até fins do século passado, apresentam-se com densidades pouco inferiores à média geral ou então iguais; em todas elas, todavia, e particularmente no Vale do Paraíba, têm sido registrados decréscimos de população absoluta. Em alguns casos, cidades ao longo do eixo do Paraíba, centros da Depressão, um início de industrialização parece contribuir para a estabilização demográfica regional.

4. O Planalto Ocidental do Estado, com suas áreas de povoamento recente, apresenta alguns dos mais elevados índices relativos, uma população em constante evolução e caracterizada por extraordinária mobilidade.

5. Em uma faixa não muito larga, ao longo do rio Paraná, e particularmente na zona do Pontal do Paranapanema, localiza-se a última área pioneira do Estado, ainda com densidade baixas de população, mas que não tardará a se equiparar e mesmo superar as das zonas velhas.

O censo de 1950 e a distribuição por sexo e idade. — Pelo Recenseamento Geral de 1.º de julho de 1950, o Estado de São Paulo contava com uma população presente de 9 134 423 habitantes, representando 17,4% da população no Brasil, seguindo-se:

Minas Gerais, com	7 717 792	habs.	
Bahia	4 834 575	"	
Rio Grande do Sul	4 164 821	"	
Pernambuco	3 395 185	"	(19)

Um total de 4 648 606 indivíduos, ou seja 50,89% do conjunto, representava a população masculina, enquanto que a feminina, com 4 485 817 abrangia apenas 49,11%. Esse fato é digno de registro, dado que constitui um dos elementos caracterizadores de São Paulo como área de imigração. É interessante notar, entretanto, que embora muito lentamente, a população feminina encaminha-se para a equiparação numérica à masculina. O quadro abaixo mostra-nos bem tal fato:

(19) I. B. G. E. — Conselho Nacional de Estatística — *Boletim Estatístico* — Ano XIII — outubro-dezembro de 1955 — n.º 52 — Rio de Janeiro.

ESTADO DE SÃO PAULO — POPULAÇÃO PRESENTE,
SEGUNDO O SEXO

ANOS	HOMENS	%	MULHERES	%
1872	436 344	52,11	401 010	47,89
1890	708 011	51,13	676 742	48,87
1900	1 185 569	51,95	1 096 710	48,05
1920	2 331 740	51,87	2 210 448	48,13
1940	3 670 605	51,12	3 509 711	48,88
1950	4 648 606	50,89	4 485 817	49,11 (20)

Essa tendência revela, sem dúvida, um comêço de amadurecimento da população. Está deixando de ser uma população muito jovem, com forte participação do imigrante, com elevados índices de natalidade, para ser uma população mais estabilizada. Sob êsse aspecto convém anotar alguns fatos relativos aos grupos de idades. Em 1950, assim se distribuía a população, segundo a idade, por percentagens:

ESTADO DE SÃO PAULO — POPULAÇÃO PRESENTE,
SEGUNDO A IDADE (%)

Menos de 1 ano	3,31	
1 ano	2,86	
2 anos	2,94	
3 anos	2,86	
4 anos	2,68	
Até 4 anos	14,65	
5 a 9 anos	12,11	
Até 9 anos	26,76	
10 a 14 anos	11,15	} 10 a 19 anos 21,62
15 a 19 anos	10,47	
20 a 24 anos	10,26	} 20 a 29 anos 18,92
25 a 29 anos	8,66	
30 a 39 anos	13,19	
40 a 49 anos	9,41	
50 a 59 anos	5,56	
60 a 69 anos	2,92	
70 a 79 anos	1,11	
Mais de 80 anos	0,37	
Ignorada	0,14	

(21)

Nota-se como dos grupos de idades menores para as maiores as percentagens descem em ritmo relativamente rápido, fato que indica uma presença mais acentuada dos indivíduos com idades mais baixas. De fato, as pessoas com idade inferior a 30 anos representavam 67,3% do total, o que, sem dúvida, é elemento suficientemente bom para que a população paulista possa continuar ainda a ser considerada jovem.

(20) I. B. G. E. — VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950.

(21) I. B. G. E. — VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950.

A pirâmida das idades é perfeita, não apresentando nenhuma anomalia em grupos intermediários de idades; sua base é larga, diminuindo em direção ao vértice com uma ruptura entre os grupos de 20-29 anos e os de 30-39 anos. De 30 anos em diante, as percentagens caem em ritmo mais acentuado, provavelmente como decorrência do fato de ser ainda elevado o índice de mortalidade, não sendo muito elevada a vida média por habitante. Entretanto, conforme já dissemos, nota-se um certo amadurecimento da população. Em 1900, por exemplo, a população até 10 anos representava 32,59% do total, e entre 10 e 19 anos era de 21,24%. Consequentemente, a população com menos de 30 anos representava 71,15% do total, mais que os 67,3% de 1950. Por outro lado, em 1950, a população com mais de 60 anos era de 4,4%, enquanto que em 1900 chegava a apenas a 2,8% do total. Poderíamos alongar mais esta análise, mas cremos que esses elementos sejam suficientes.

Interessante, também, é notar-se que a diminuição da imigração, particularmente a estrangeira, trouxe consigo outras modificações na pirâmida das idades da população paulista. Compare-se, por exemplo, alguns grupos de idade, em 1920 e 1950:

<i>Idades</i>	<i>1920</i>	<i>1950</i>
5 — 9 anos	14,53%	12,11%
10 — 14 anos	12,50%	11,50%
15 — 19 anos	13,67%	10,47%
20 — 24 anos	7,52%	10,26%
25 — 29 anos	8,09%	8,66% (22)

É significativa a queda verificada no grupo de idades 5 e 19 anos, queda que se seguiu à diminuição e quase paralização da imigração estrangeira.

Repartição da população quanto à cor. — No referente à cor, a situação da população paulista em 1950 era a que discriminamos a seguir:

ESTADO DE SÃO PAULO — POPULAÇÃO QUANTO À COR — 1950

<i>Cor</i>	<i>Total</i>	<i>% quanto ao total</i>
Branco	7 823 111	85,65
Pretos	727 789	7,97
Pardos	292 669	3,20
Amarelos	276 851	3,03
Sem declaração	14 003	0,15 (23)

(22) I. B. G. E. — VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950.

(23) Interessante comparar os elementos da tabela em questão com os dados que Müller nos oferece para 1836. Nesse ano, considerado também o atual território do Estado do Paraná, tínhamos uma população assim discriminada quanto à cor:

	<i>Homens</i>	<i>Total</i>	<i>Mulheres</i>	<i>% quanto ao total</i>
Branco	84 892	87 987	172 879	52,8%
Índios	380	445	825	
Pardos livres	28 158	31 296	59 454	
Pardos cativos	7 360	7 362	14 722	22,6%
Pretos crioulos livres ..	2 443	2 074	4 517	
Pretos crioulos cativos ...	17 110	17 100	34 210	
Pretos africanos livres	1 145	1 149	2 294	
Pretos afric. cativos ...	23 826	14 175	38 001	24,1%

Total — 326 902 (MÜLLER, D. P. — *Ensaio d'Um Quadro Estatístico da Província de S. Paulo* — Reedição Literal — São Paulo, 1923, pág. 169).

Inicialmente, é preciso que fique bem claro que os dados acima não correspondem à realidade, em primeiro lugar porque a classificação se faz frequentemente em função de uma observação superficial, ou decorrente do interesse do declarante e, em segundo lugar, porque na classe *pardos* incluem-se grupos bem diferentes, como mamelucos, mulatos, ameríndios, etc.

O grupo mais importante é o *branco*. Sob esse aspecto, São Paulo é bem um *Estado Sulino* do Brasil, repartindo com Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul boa parte da população branca de todo o país. Naturalmente, um dos principais fatores desse domínio da população branca foi a verdadeira avalanche de imigrantes europeus que o Estado recebeu de 1890 a 1930. De resto, o caldeamento de que São Paulo foi palco tem justificado o gradual branqueamento da população (24).

A tendência da população branca de São Paulo tem sido a de aumentar proporcionalmente ao total, relegando as populações de cor à situação, no momento, de minorias ainda importantes, mas que se tornarão sempre menos significativas. De 1872 até nossos dias a população branca aumentou nas proporções seguintes:

Anos	Total	%
1872	433 432	51,72
1890	873 423	63,08
1940	6 097 862	84,94
1950	7 823 111	85,65 (25)

O domínio da população branca não significa, entretanto, que a população paulista seja étnicamente homogênea, pois as minorias de cor ainda têm significado e os próprios brancos têm origem muito diversificada, conforme veremos.

Ao grupo branco segue-se, em importância, o dos *pretos*. Com 727 789 indivíduos, representavam, em 1950, 7,97% do total. O número de pretos tem aumentado regularmente, porém sua importância relativa tem decrescido.

OS PRETOS EM SÃO PAULO

Anos	Total	%
1872	167 999	20,06
1890	179 526	12,96
1940	524 441	7,30
1950	727 789	7,97 (26)

O decréscimo, conforme atesta o quadro acima, foi bastante grande. Há autores que justificam o fato por uma questão de seleção mesológica, principalmente em função das condições climáticas do planalto paulista. Não excluimos completamente tal ordem de fatores, mas acreditamos mais em uma diminuição relativa e progressiva da população negra em virtude do rápido aumento do efetivo branco e em consequência do caldeamento.

O aumento da percentagem de pretos entre 1940 e 1950 provavelmente foi consequência da imigração de nacionais de outros Estados para São Paulo. Entre esses imigrantes, particularmente os vindos de Minas Gerais, não são raros os elementos de cor. Por outro lado, somos levados a alvitrar uma

(24) Veja-se: PEIXOTO, Afrânio — *Clima e Saúde*. São Paulo, 1935; VIANNA, F. J. Oliveira — *Populações Meridionais do Brasil*, São Paulo, 1920 e *Raça e Assimilação*; ELLIS Junior, Alfredo — *Boletins da cadeira de História do Brasil da F. F. C. L.*

(25) I. B. G. E. — VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950.

(26) I. B. G. E. — VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950.

hipótese que não tem base na verificação, mas que pode servir de sugestão para uma pesquisa. Acreditamos (e esta é a hipótese) que a população negra do Estado de São Paulo tem visto melhorar seu padrão de vida, fato que, desde que verdadeiro, entre outras decorrências, permitiria o decréscimo dos óbitos e um conseqüente aumento dos saldos, permanecendo mais ou menos estáveis os nascimentos (27).

Como grupo homogêneo, segue-se o dos *amarelos*. Em 1940, totalizavam 214 848 pessoas, representando 2,99% da população total do Estado. Em 1950, subiram para 276 851, agora compreendendo 3,03% da população paulista. Acreditamos que o número de amarelos deva ser um pouco maior, tendo em vista que não são raros os casos de indivíduos amarelos classificados como pardos e mesmo como brancos.

A importância dos amarelos decorre principalmente do volume da imigração japonesa. Por isso mesmo, os amarelos constituem um grupo relativamente novo no Estado, pois essa imigração só começou a ter certo destaque nos últimos três decênios. A presença desses amarelos, outrossim, dá ao quadro demográfico do Estado uma das características que o diferenciam de todas as demais unidades federadas do Brasil. Fora do Estado de São Paulo, o único território brasileiro com importante contingente de amarelos é o Paraná e, mesmo assim, esse grupo localiza-se no *Norte do Paraná*, área de expansão econômica e demográfica do Estado de São Paulo.

Finalmente, os elementos *pardos* constituem o quarto grupo, quanto à côr. Já constituíram o segundo grupo do Estado, vindo decrescer rapidamente sua importância. Vejamos a evolução do grupo pardo, a partir de 1872:

Anos	Total	%
1872	235 923	28,17
1890	331 804	23,96
1940	337 814	4,70
1950	292 669	3,20 (28)

De papel realmente significativo em 1872, passou a uma posição secundária em 1950. É verdade que a população parda talvez seja superior a essa indicada pelo Censo de 1950, dado que, possivelmente, indivíduos pardos tenham sido classificados como brancos.

Dentro do grupo dos pardos destacam-se os *mulatos* e, em seguida, os *mamelucos* (os *caboços* do interior e os *caçaras* do litoral). Importantíssima deve ser a presença de indivíduos resultantes de caldeamento mais complexo, trazendo em si traços indicadores de uma ascendência em que há brancos, pretos e ameríndios. Neste caso, torna-se realmente difícil a sua classificação e, então, a rubrica *pardo* evidencia-se não sómente mais cômoda, como também mais razoável.

Há necessidade de lembrar que, dentro do grupo pardo, estão compreendidas algumas centenas de *ameríndios*, particularmente alguns *Guaraní* que habitam a zona litorânea do Sul do Estado. De um modo geral, a população paulista tende a se homogeneizar, embora conte com a presença não descurável dos amarelos, sem importância nos demais Estados brasileiros.

As nacionalidades. — Afirmamos que o domínio dos elementos do grupo branco no Estado de São Paulo, em parte, é decorrência da importância da imigração. Esta fez com que, desde fins do século passado, a população paulista se apresentasse como uma das mais cosmopolitas do Brasil.

(27) Veja-se *Relações raciais entre negros e brancos in "Anhembí"*. — Florestan Fernandes, Oracy Nogueira e Roger Bastide.

(28) I. B. G. E. — VI. Recenseamento Geral do Brasil — 1950.

O efetivo estrangeiro aumentou ininterruptamente até 1920, data em que passou a decrescer, em ritmo mais lento, entretanto. O quadro que passamos a mostrar pode nos ilustrar a respeito:

ESTADO DE SÃO PAULO — POPULAÇÃO QUANTO A NACIONALIDADE

Anos	Brasileiros natos		Brasileiros naturalizados		Estrangeiros		Sem declaração	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
1872 ..	807 732	96,46	—	—	29 662	3,54	—	—
1890 ..	1 309 723	94,58	—	75 03	5,42	—	—	—
1900 ..	1 753 092	76,82	1 639	0,07	476,778	20,89	50 770	2,22
1920 ..	3 758 479	81,85	9 284	0,20	820 567	17,87	3 858	0,08
1940 ..	6 363 320	88,62	52 111	0,73	761 991	10,61	2 894	0,04
1950 ..	8 440 768	92,41	65 888	0,72	627 433	6,87	334	—

(29)

Verifique-se a importância do efetivo alienígena de 1900 a 1920. Em 1950, os estrangeiros ainda eram numerosos, pois representavam 6,87% da população total, sem contar os que até aquela data haviam adquirido a cidadania brasileira.

O grupo estrangeiro de São Paulo representa uma considerável parcela do elemento alienígena encontrado em todo o Brasil. Basta lembrar que enquanto São Paulo recebera apenas 8,5% dos imigrantes entrados no Brasil até 1886, foi prostrado por 61,1%, de 1887 a 1900, e sempre por mais de 50% até o ano de 1940 (30).

O elemento que mais contribuiu numericamente para a imigração de estrangeiros em São Paulo foi o *Italiano*, imigrante que, dentro do Brasil, demonstrou nítida preferência pelo Estado bandeirante, chegando mesmo, entre 1901 e 1920, a buscar São Paulo numa proporção de 79,7% em relação a todos os Italianos entrados no Brasil (31). Em 1950, os Italianos ainda constituíam um dos grupos principais. Depois de 1945, a entrada desses elementos tem aumentado, chegando a ocupar o segundo lugar, apenas ultrapassados pelos Portugueses. Entretanto, seu saldo é pequeno, pois as voltas são também numerosas, dado que ultimamente o Italiano tem se revelado em São Paulo um imigrante de extraordinária instabilidade. Outro grupo importante em 1950, e que mais que o próprio Italiano, revelou acentuada preferência pelo Estado de São Paulo, é o *Japonês*. Entre 1921 e 1934, 98,3% dos Japoneses entrados no Brasil dirigiram-se para o Estado de São Paulo.

Além dos elementos citados, merecem uma referência especial, pelo fato de constituírem contingentes importantes, os *Portugueses*, *Espanhóis*, *Alemães*, além de muitas outras nacionalidades tais como Sírios, Libaneses, Norte-americanos, Russos, Francêses, etc. O fato é que, em 1950, os estrangeiros ainda

(29) Elaborado com elementos obtidos in I. B. G. E. — VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950.

(30) Os principais grupos estrangeiros em 1950, dentro do Estado de São Paulo, eram os seguintes:

Italianos — 145 307; Portugueses — 139 438; Japoneses — 105 311;

Espanhóis — 90 368; Russos — 22 821; Alemães — 22 577;

para uma população alienígena total de 627 433 indivíduos. (I. B. G. E. — VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950, pág. 14).

(31) CAMARGO, José Francisco de — *Obra citada*.

eram numerosos, embora em declínio. A importância desses elementos, entretanto, deve ser considerada não em função apenas do número dos que conservam uma outra nacionalidade que não a brasileira, mas, e principalmente, em função da numerosa descendência dos imigrantes aqui entrados no último século. Sob esses aspectos, e dado o efetivo humano relativamente pequeno do Estado, São Paulo equipara-se, com os 2 272 412 imigrantes que recebeu entre 1820 e 1930, aos Estados Unidos (37 762 012 imigrantes no mesmo período), e à Argentina (9 300 000 imigrantes) (32). Convém lembrar que o Brasil todo, no mesmo período, recebeu 4 426 060 imigrantes.

É preciso ficar bem claro que, quando falamos a respeito do papel dos descendentes de imigrantes, queremos nos referir ao seu número e à sua contribuição para a bagagem material, espiritual e social do povo paulista. Mesmo porque, com poucas exceções, os imigrantes que para aqui vieram puderam ser assimilados mais ou menos rapidamente, integrando-se em nossos padrões de vida, contribuindo para modificá-los e tornando-se, eles e seus descendentes, cidadãos brasileiros como os demais. Mesmo as etnias que menos afinidades têm conosco, tais como a japonesa, síria, eslava, estão demonstrando que, contrariamente ao que pensam alguns nacionalistas mais exaltados, logo se integrarão completamente. São Paulo oferece-nos, portanto, como o Nordeste dos Estados Unidos, a Califórnia, o Uruguai ou a Argentina, o quadro de uma terra onde dezenas de grupos étnicamente diversificados, trazendo consigo hábitos e tradições diferentes, fazendo uso de línguas e professando crenças religiosas diversas, trabalham em conjunto, plasmando de fato um novo povo.

As religiões. — Um elemento indicador dessa heterogeneidade é a *religião*. Vejamos quais eram os principais credos religiosos em 1950:

<i>Religiões</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
Católicos	8 284 465	90,70
Protestantes	318 199	3,48
Espíritas	242 972	2,66
Ortodoxos	25 543	0,29
Israelitas	26 443	0,29
Outras	167 453	1,83
Sem Religião e sem declaração	69 348	0,76 (33)

O menor desequilíbrio que se verifica entre os grupos que professam crenças religiosas diferentes, em relação às nacionalidades, deve-se principalmente ao fato de que Italianos, Portugueses e Espanhóis, os principais grupos de imigrantes, serem católicos em sua quase totalidade.

O *grupo católico*, embora muito lentamente, tem visto decrescer sua importância relativa dentro do Estado. Em 1872, representava 99,62% da população; em 1890, ainda completava 98,77%; já em 1940, desceu para 92,09% e, finalmente, não chegou a atingir 91% no ano de 1950. Tal decréscimo deve-se à paulatina disseminação do protestantismo, ao incremento do espiritismo e ao aumento do efetivo de imigrantes que professam outros credos religiosos.

Os *protestantes*, que em 1900 representavam apenas 0,93% do total, chegaram a 3,48% em 1950. A pregação é intensa, particularmente no que se refere a algumas seitas, tais como evangélica, batista, adventista, metodista e outras. Acrescente-se que parte dos imigrantes germânicos e seus descendentes é protestante.

(32) CAMARGO, José Francisco de — *Obra citada*.

(33) I. B. G. E. — VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950.

O *Espiritismo*, que nenhum significado possuía até 1920, mereceu uma rubrica especial nos censos posteriores, subindo constantemente de importância. Provavelmente o número de espíritas seja maior do que revelam as cifras do Recenseamento de 1950. É que não são poucos os católicos que também praticam o espiritismo.

O *grupo ortodoxo* está representado principalmente por Sírios, Libanêses e descendentes, enquanto que indivíduos originários da Polónia, Alemanha ou Rússia justificam a presença da maior parte do *grupo israelita*.

Na rubrica *outras Religiões*, merecem referência especial as práticas espirituais dos Japonêses e de seus descendentes. Tanto isso é verdade que, só depois de 1920, quando avolumou-se a imigração japonesa, é que essa rubrica passou a ter importância (34). Em 1900, eram apenas 3 246 os indivíduos que professavam outros credos que não os anteriormente indicados; em 1950, o total ascendeu a 167 453. O total desse grupo só não se tornou maior porque são muito numerosos os casos de descendentes de Japoneses que são batizados na Igreja Católica.

A instrução e as atividades profissionais. — A situação da população paulista quanto à *instrução* não é das mais invejáveis, embora ocupe posição de relêvo dentro do Brasil. Em 1950, considerada apenas a população com 15 anos e mais, num total de 5 658 071 indivíduos, sabiam ler e escrever 3 662 161 pessoas, ou seja, 64,56% daquele total; não sabiam ler e escrever 1 995 910 pessoas, portanto 35,18% daquele total.

A percentagem dos indivíduos alfabetizados subiu constantemente no decorrer dos últimos cinquenta anos: em 1900, sabiam ler e escrever 34,29% do total da população com 15 anos e mais de idade; em 1920, 41,53%; em 1940, 57,43%; em 1950, 64,56% (35).

O ritmo de alfabetização da população paulista poderia ser maior, dado o esforço realmente digno de nota que se verifica nêsse sentido por parte do Governo Estadual. Entretanto, convém notar que tal não acontece, em parte devido ao avolumar-se da imigração de nacionais nos últimos lustros; corrente migratória importantíssima, conforme já foi visto, em sua esmagadora maioria integrada por adultos, com elevada percentagem de analfabetos, contribuí, inegavelmente, para que se mantenha relativamente baixo o índice de alfabetização da população do Estado.

As *atividades* da população paulista, compreendidas as pessoas com 10 anos ou mais, segundo o Censo de 1950, repartiam-se por numerosos ramos, podendo ser destacados os seguintes:

Ramos de atividades	N.º de pessoas
Agricultura, Pecuária e Silvicultura	1 449 396
Indústrias de Transformação	801 325
Prestação de Serviços	413 133
Comércio de Mercadorias	248 393
Transportes, Comunicações e Armazenagem	197 269 (36)

Seguem-se as Indústrias Extrativas, o Comércio de Imóveis e Valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização; as Atividades Sociais, as Profissões Liberais, a Administração, e outras. O que importa é que 51,34% da

(34) Do fato, dentro do grupo de *outras religiões* os *Budistas* somavam, no ano de 1950, um total de 128.014 indivíduos. Os *maometanos*, totalizavam somente... 1.537 pessoas, distribuindo-se, o restante, por um elevado número de outros credos.

(35) I. B. G. E. — VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950.

(36) I. B. G. E. — Conselho Nacional de Estatística — Serviço Nacional de Recenseamento — *VI Recenseamento Geral do Brasil* — (1 de julho de 1950) — *Censo Demográfico, Estado de São Paulo* — Seleção dos principais dados, Rio de Janeiro, 1953.

população com 10 anos e mais de idade, totalizando 3 434 971 pessoas, contribuíam diretamente com sua atividade, para o desenvolvimento econômico do Estado, para o incremento dos Serviços Sociais e Administrativos. Como seria de esperar, no conjunto das atividades consideradas dominam os homens (81,4%), enquanto as mulheres atingiam apenas 18,6% do total. Esta última percentagem, entretanto, já evidencia a presença, não de todo descurável, do sexo feminino nas atividades citadas. É interessante notar sua participação nas indústrias de transformação (169 637 pessoas), na prestação de serviços (201 435), nas profissões liberais (4 418), sendo o total de profissionais, nesta última, de 26 495. Esse é, sem dúvida, um dos traços que diferenciam São Paulo da maioria dos outros Estados brasileiros. A agricultura e pecuária utilizavam 42,2% dos 3 434 971 indivíduos considerados, ao passo que as indústrias de transformação compreendiam 23,33% e a prestação de serviços, 12%. O predomínio das atividades agrícolas, ainda existente, identifica São Paulo com o restante do país. Todavia, as indústrias de transformação já têm uma expressão invulgar dentro dos quadros da economia do Brasil. As atividades domésticas não remuneradas, juntamente com as atividades escolares discentes, compreendiam 2 804 493 pessoas, enquanto que a população inativa, com 10 anos e mais, atingia 451 560 indivíduos, ou seja, 6,75% (37).

Em resumo, o Recenseamento de 1950 nos revela, para o Estado de São Paulo, uma população já numerosa dentro do Brasil, em crescimento rápido, heterogênea e ainda jovem, tipicamente de área de imigração. É interessante notar que os paulistas emigram pouquíssimo e, quando o fazem, é para procurar algumas das regiões de Estados vizinhos que se entrosam no quadro econômico paulista. Esse é o caso, por exemplo, da emigração paulista para o Norte do Paraná.

O povoamento nos tempos coloniais. — Estamos perfeitamente de acordo com Rubens Borba de Moraes quando, ao tratar do povoamento de São Paulo, considera a presença, nesse território, dos povos pré-cabralianos (38). Tais povos, particularmente do grupo Tupi, eram em sua maioria sedentários, suas atividades econômicas eram baseadas na caça, na pesca e também na agricultura. Habitavam aldeias permanentes, fortificadas como o podiam ser, e utilizavam sempre os mesmos caminhos (39).

Esses ameríndios constituíram um substrato étnico, cultural e linguístico de grande importância dentro do atual território do Estado. Por isso mesmo, a consideração do povoamento deve tomá-los como ponto de partida. Além de, catequizados, terem integrado a população paulista dos primeiros séculos, os ameríndios influenciaram, e muito, nos costumes dos primeiros colonos, e a língua dos Tupi, até o século XVIII, foi usual em todo o planalto (40). Suas aldeias foram pontos de referência e de cristalização do povoamento por europeus e, seus caminhos, particularmente os que uniam o litoral ao planalto, através da escarpa da serra do Mar, foram desde logo aproveitados como vias de penetração (41). E é nesse sentido que os ameríndios tiveram papel mais importante no povoamento, dado que, a partir do século XVIII, o afluxo de

(37) *Seleção dos principais dados do VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950*, pág. VII.

(38) MORAES, Rubens Borba de — *Obra citada*, pág. 69 e seguintes.

(39) MORAES, Rubens Borba de — *Obra citada*, pág. 69.

(40) A propósito desse fato, eis o que nos diz Teodoro Sampaio: "Até o começo do século XVIII, a proporção entre as duas línguas na colônia, era mais ou menos de três para um, do tupi para o português. Em algumas capitânicas, como em S. Paulo, Rio Grande do Sul, Amazonas e Pará, onde a catequese mais influiu, o tupi prevaleceu por mais tempo ainda. Nas duas primeiras, falava-se, entre os homens do campo, a língua geral até o fim do século XVIII". (SAMPAIO, Theodoro — *O Tupi na Geografia Nacional*, 3.ª Edição, Bahia, 1928, pág. 3).

(41) MORAES, Rubens Borba de — *Obra citada*.

reinóis, primeiro, e a corrente de imigrantes mais tarde, vieram fazer com que esse elemento transparecesse apenas nos caboclos (mamelucos) e nos raros e pouco numerosos grupos mais ou menos ocidentalizados ainda existentes.

No decorrer do século XVI, três foram os principais fatores do povoamento de São Paulo: os náufragos, a iniciativa oficial e os Jesuítas. Os *náufragos*, a exemplo de João Ramalho e Antônio Rodrigues, entabulando relações amigáveis com alguns grupos de ameríndios, permitiram, assim, que os colonos que se sucederam não encontrassem obstáculos muito sérios por parte dos nativos. Graças a esses náufragos, surgiram os embriões de núcleos urbanos, como os de *São Vicente*, *Cananéia* e *Santo André* (42).

A *iniciativa oficial* se fez sentir principalmente através da expedição colonizadora chefiada por Martim Afonso de Souza. Consequência dessa expedição foi a estabilização do núcleo vicentino e do de Santo André.

Quanto aos *Jesuítas*, sua ação se fez notar sobretudo por intermédio de sua política de aldeamento de ameríndios para a ação da catequese (43). Muitos dos aldeamentos criados por eles tornaram-se núcleos de povoamento, convindo destacar, pela importância que teve em seguida, o de *São Paulo* (1554).

No início do século XVII, a situação do povoamento era a seguinte: o *Litoral Norte*, pouco povoado, sem nenhuma vila; algumas sesmarias em São Sebastião (44); o *Litoral Sul*, bastante povoado, com Cananéia, Xiririca, Iguaçu, Itanhaém, Cubatão, São Vicente e Santos. No *Planalto*, o principal núcleo era São Paulo; em torno, numerosas "aldeias" jesuíticas (M'Boy, Santo Amaro, Pinheiros, Guarulhos, Carapicuíba, Itaquaquecetuba, São Miguel) e núcleos resultantes da iniciativa particular (Mogi das Cruzes, Juquerí, Parnaíba) (45).

Com o objetivo de fornecer elementos que completem os dados reunidos nesta síntese, reproduzimos, em seguida, uma relação da criação de *vilas* e *cidades*, no período colonial, em território do atual Estado de São Paulo, de acordo com o estudo de AZEVEDO, Aroldo de — *Vilas e Cidades do Brasil Colonial* — Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva — Trabalho apresentado à consideração da Xa. Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros e aprovado para publicação nos Anais do referido conclave, (São Paulo, 1955 — págs. 7, 16, 24 e 32) e que vem de ser publicado como Boletim n.º 208 da Faculdade de Filosofia da Universidade de S. Paulo (1956):

Vilas do século XVI:

- 1532 — São Vicente
- 1545 — Santos
- 1558 — São Paulo de Piratininga, atual São Paulo
- 1561 — Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, atual Itanhaém
- 1600 — São João Batista de Cananéia, atual Cananéia

Vilas do século XVII:

- 1611 — Santana de Moji das Três Cruzes, atual Moji das Cruzes
- 1625 — Santana de Parnaíba
- 1636 — São Sebastião
- 1637 — Exaltação da Santa Cruz de Ubatuba, atual Ubatuba
- 1645 — São Francisco das Chagas de Taubaté, atual Taubaté

(42) MORAES, Rubens Borba de — *Obra citada*, pág. 71.

(43) MORAES, Rubens Borba de — *Obra citada*, pág. 72.

(44) MORAES, Rubens Borba de — *Obra citada*, págs. 72 e 73.

(45) MORAES, Rubens Borba de — *Obra citada*, págs. 72 e 73.

- 1653 — Nossa Senhora da Conceição do Rio Paraíba, atual Jacaré
 1655 — Nossa Senhora do Desterro do Campo Alegre de Jundiá,
 atual Jundiá
 1657 — Santo Antônio de Guiratinguetá, atual Guaratinguetá
 1657 — Nossa Senhora da Candelária do Outú Guaçú, atual Itú
 1661 — Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, atual Sorocaba
 1665 — Nossa Senhora das Neves de Iguape, atual Iguape

Vilas do século XVIII:

- 1705 — Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba,
 atual Pindamonhangaba.
 1767 — São José do Paraíba, atual São José dos Campos
 1769 — Itapeva da Faxina, atual Itapeva
 1769 — São João Batista de Atibaia, atual Atibaia
 1769 — São José de Moji Mirim,, atual Moji Mirim
 1770 — Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga, atual Ita-
 petininga
 1770 — Paraitinga, atual São Luís do Paraitinga
 1771 — Santo Antônio das Minas de Apiaí, atual Apiaí
 1785 — Cunha
 1788 — Nossa Senhora da Piedade de Lorena, atual Lorena
 1797 — São Carlos, atual Campinas
 1797 — Pôrto Feliz
 1797 — Nova Bragança, atual Bragança Paulista

Vilas do século XIX:

- 1806 — Vila Bela da Princesa, atual Ihabela
 1816 — São Miguel das Areias, atual Areias.

Durante o período colonial, em São Paulo, só foi criada uma cidade, a de São Paulo, no ano de 1711.

A obra de Aroldo de Azevedo, acima citada, deve ser consultada não só para a compreensão de muitos problemas do povoamento de São Paulo, mas também, e principalmente, para o estudo dos primórdios e das primeiras fases da evolução das cidades brasileiras.

A faixa litorânea vivia em função das relações com o exterior, seus habitantes apegados a atividades agrícolas medíocres (cultura canavieira), à indústria extrativa vegetal (páu brasil), à pesca e outras menos importantes (pequenos estaleiros de São Vicente, por exemplo). O contraste entre o Litoral Norte e o Sul devia-se à presença, naquele, dos grupos Tamóio, hostis aos Portugueses e, neste, dos Guaianá, que mantinham laços de amizade com os vicentinos (46). O planalto vivia em função de uma economia de subsistência; praticamente em economia fechada (47).

No decorrer dos séculos XVII e XVIII, o quadro acima sofreu pouquíssimas modificações. As áreas efetivamente ocupadas permaneceram praticamente as mesmas; ampliou-se consideravelmente, entretanto, a área devassada e portanto conhecida (48). É que esses dois séculos assistiram, primeiramente, às incursões dos paulistas sertão a dentro, numa contínua caça ao ameríndio; em seguida, tivemos a saída de numerosas famílias paulistas em busca do Sul, onde se estabeleceram com uma atividade pastoril (49);

(46) MORAES, Rubens Borba de — *Obra citada*, pág. 73.

(47) ELLIS Junior, Alfredo — *O Bandeirismo Paulista e o Recô do Meridiano*.

(48) AZEVEDO, Aroldo de — *Obra citada*. As cartas que ilustram o trabalho são particularmente interessantes para a compreensão do problema.

(49) PRADO Júnior, Caio — *Formação do Brasil Contemporâneo*.

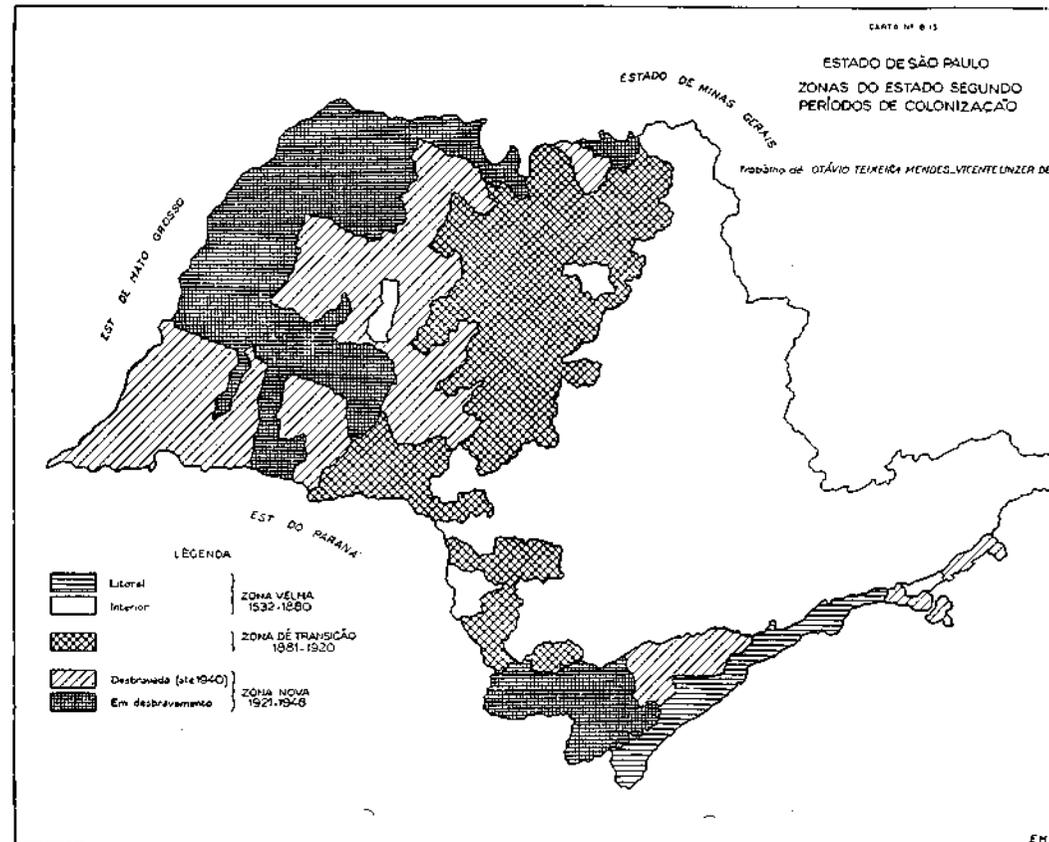


FIG. 3 — Da obra *Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo* — Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí — II Volume — São Paulo — 1954 — pág. 139.

seguiu-se, desde fins do seiscentismo e principalmente no século XVIII, intenso exodo em direção às regiões de mineração (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso), descobertas pelos próprios paulistas (50). Resultou daí que inúmeras regiões brasileiras puderam ser povoadas, à custa, todavia, do parcial despovoamento ou, pelo menos, da quase estabilização e estagnação das áreas paulistas já ocupadas. Acresce que, conforme já foi dito, foi esse o período das sangrias na população paulista pela Guerras do Sul, assim como alistamentos obrigatórios para se fundarem colônias militares nas fronteiras (51).

Um lado positivo houve, porém. Foram traçados roteiros, cristalizaram-se caminhos, criaram-se núcleos nos seus percursos, devassou-se boa parte do território. Paradoxalmente, na época em que os paulistas descobriram áreas ricas em ouro em várias partes, o planalto conheceu um de seus períodos mais pobres.

O povoamento nos séculos XIX e XX. — No início do século XIX, o número de núcleos de povoamento era ainda pequeno e apenas os caminhos para as áreas de mineração estavam povoados (52). O vale do Paraíba, para Minas Gerais; as rotas que desse vale iam ter ao litoral, Cunha-Parati e São Luís do Paraitinga-Ubatuba; o caminho para Goiás, por Moji Mirim; o caminho para Mato Grosso, por Pôrto Feliz e vale do Tietê; o caminho para o Sul, por Sorocaba e Itapetininga. A zona mais povoada, sem dúvida, era a do vale do Paraíba (53). É que esse trecho do território paulista foi o primeiro a se beneficiar com a cultura cafeeira, novo e importantíssimo fator de povoamento dentro do atual Estado. Nessa época, teve início um processo de povoamento das regiões limdeiras de São Paulo com Minas Gerais, por egressos desta última (54). A decadência das minas, que se verificou a partir do fim do século XVIII, ocasionou um movimento centrífugo das populações mineiras que veio beneficiar, entre outras, as terras próximas pertencentes a São Paulo. O vale do Paraíba foi uma das áreas favorecidas, ao mesmo tempo que o Nordeste do Estado, na área de Franca e vizinhanças, via-se povoado por criadores de gado oriundos de Minas Gerais (55).

De então em diante, o café praticamente passou a presidir à marcha do povoamento dentro do atual território paulista. A ocupação de áreas novas coincide com a ampliação das zonas cafeeívoras e com o aumento da produção dessa mercadoria.

P. Monbeig fornece-nos um bom quadro da situação do povoamento em torno do ano de 1870, que julgamos oportuno transcrever: "Por volta de 1870, a população paulista tinha se instalado firmemente no litoral, nas elevadas terras tropicais e no vale do Paraíba e, finalmente, na Depressão semeada de manchas de terra-roxa, que se estende entre aquelas áreas e o escarpamento oriental dos planaltos. No seu conjunto, esse povoamento teve início no século XVIII, quando as minas de Goiás, de Mato Grosso e Paraná haviam suscitado as expedições dos paulistas. Ao longo dos caminhos fixaram-se pousos, nós de povoamento e pontos de partida para a ocupação agrícola do solo. Daí provém a disposição dos principais aglomerados em alinhamentos quase retos, seja no caminho de Goiás, seja até Pôrto Feliz, no Tietê, onde embarcava-se para ir a Cuiabá, seja no caminho de Curitiba. À medida que se intensificou a cultura canavieira e que começaram as plantações de café na Depressão Periférica,

(50) PRADO Júnior, Caio — *Formação do Brasil Contemporâneo*.

(51) MORAES, Rubens Borba de — *Obra citada*, págs. 74 e 75.

(52) MORAES, Rubens Borba de — *Obra citada*, pág. 75.

(53) Em 1836, conforme os dados de Müller, a população da zona do Paraíba somava 77 989 habitantes, compreendendo, portanto, mais de uma quarta parte de toda a população da então Província (MÜLLER, D. P. — *Obra citada*).

(54) PRADO Júnior, Caio — *Obra citada*.

(55) PRADO Júnior, Caio — *Obra citada*.

fazendas isoladas e pequenos aglomerados satélites desenvolveram-se à sombra dos velhos pousos de beira-de-estrada, promovidos a centros regionais" (56)). Seria necessário acrescentar que, já nessa época, a faixa litorânea não mais era das regiões de povoamento mais denso e que o planalto tornara-se, definitivamente, a área de maior desenvolvimento do Estado.

A partir dessa época, a marcha do povoamento no Estado de São Paulo se fez em direção ao *Oeste*, quase sempre possibilitada pela cultura cafeeira, frequentemente orientada pela *ferrovias* e completada pela *imigração*. São as *frentes pioneiras*, com suas *cidades cogumelos*, com as *pontas de trilhos* e as *bôças de sertão*, com suas derrubadas, serrarias e cafezais, com seu rápido desenvolvimento econômico, com os *grilos* de terras, suas fortunas e sua instabilidade. É um processo de povoamento que foi muito bem caracterizado por P. Monbeig (57). Tal povoamento verificou-se sobretudo em direção às barrancas do rio Paraná, intensificado a partir do segundo decênio deste século (58).

Por outro lado, o progressivo retalhamento das terras a partir de 1930, a gradativa passagem, nas áreas de povoamento antigo, da monocultura comercial do café à policultura, a sensível industrialização, em particular na área da Capital, permitiram uma estabilização das áreas já povoadas.

O povoamento de novas áreas não se fez, entretanto, sem prejuízo demográfico das mais velhas. Primeiramente, o Vale do Paraíba, em seguida os contrafortes ocidentais da serra da Mantiqueira, mais recentemente a zona da Mojiana, e mesmo da Paulista, sucessivamente tornaram-se exemplos de territórios onde tivemos diminuição da população. A esse propósito, Elza Coelho de Souza Keller afirma que os extraordinários aumentos de população das zonas de povoamento recente são efêmeros, correspondendo apenas a uma febre de terras novas; e conclui: "Deste modo, o *arrière-pays* da zona pioneira explorada pelo café apresenta-se como uma região de economia desequilibrada, de solos quase esgotados, de população instável e em fuga e que já não tendo mais o café, como sua principal riqueza, ainda não encontrou um produto de substituição equivalente em valor" (59). Baseada nesse raciocínio, a autora apressa-se em prevêr que "os atuais grandes *foyers* de população das zonas pioneiras serão num futuro não muito remoto as áreas de maior despovoamento do Estado" (60).

É evidente que os fatos desmentem tais afirmativas. Mesmo zonas de povoamento muito antigo, a exemplo do Vale do Paraíba, já começam a apresentar indícios de estabilização demográfica. Por outro lado, a própria autora é que afirma ser "necessário ressaltar que estes grandes deslocamentos de população se fazem quase exclusivamente dentro do próprio âmbito territorial do Estado, sendo muito baixa a porcentagem de paulistas que se deslocam em caráter definitivo para outras unidades da Federação" (61). Tal fato, já lembrado por nós anteriormente, demonstra que os deslocamentos demográficos em São Paulo têm sido efetuados, pelo menos até agora, sem prejuízo do efetivo global do Estado.

Os centros urbanos e a urbanização do território. — De conformidade com o Recenseamento de 1950, a população presente no Estado de São Paulo distribuía-se da seguinte forma, segundo a situação do domicílio:

(56) MONBEIG, Pierre — *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, Colin, Paris, 1952, pág. 15.

(57) MONBEIG, Pierre — *Obra citada*.

(58) KELLER, Elza Coelho de Souza — *Obra citada*, pág. 209.

(59) KELLER, Elza Coelho de Souza — *Obra citada*, pág. 211.

(60) KELLER, Elza Coelho de Souza — *Obra citada*, pág. 212.

(61) KELLER, Elza Coelho de Souza — *Obra citada*, pág. 212.

	Quadro urbano	Quadro suburbano	Quadro rural
Homens	1 782 414	581 325	2 284 867
Mulheres	1 865 390	575 682	2 045 345
Totais	3 647 804	1 156 407	4 330 212 (62)

Em consequência, 47,4% da população total do Estado vivia nas *áreas rurais*, enquanto que 12,6% residia em *zonas suburbanas* e 39,9% nas *zonas urbanas*, ou seja, nas cidades. Considerando que grande parte da população suburbana vive em função de atividades urbanas, é possível afirmar que no Estado de São Paulo registra-se um certo equilíbrio entre as populações urbanas e rurais.

Nos últimos lustros, verificou-se uma constante evolução nos índices percentuais acima assinalados. Uma comparação entre os Censos de 1940 e 1950 é suficientemente expressiva. Em 1940, a população urbana representava 37,4% do total, enquanto que os efetivos rurais e suburbanos atingiam respectivamente 55,8% e 6,7%. De 1940 para 1950, portanto, tivemos substanciais modificações em cada um dos grupos considerados. O crescimento relativo da população suburbana foi realmente extraordinário, pois atingiu o índice de 140,3%. Bastante sugestivo foi, também, o crescimento da população urbana, a qual aumentou de 35,7%. Enquanto isso, a população rural aumentou de apenas 7,9%. Há, portanto, e bem acentuada, uma tendência da população paulista a acomodar-se sempre em maiores proporções dentro dos quadros urbanos do Estado (63). O próprio aumento invulgar da população suburbana é um índice de urbanização; o aumento dos quadros suburbanos constituiu uma decorrência da expansão dos aglomerados urbanos e, em muitos casos, representa a soma de efetivos daquelas áreas que só não foram computadas como urbanas porque ainda estão dentro das antigas demarcações municipais de zonas suburbanas. São Paulo orienta-se, em consequência, para um decidido domínio da população urbana, caminhando na esteira de países como a Inglaterra, a Alemanha, Austrália, Estados Unidos, Argentina, todos com índices expressivos a esse respeito.

Contribuindo para esse domínio progressivo da população urbana nos quadros demográficos do Estado temos, — de um lado, o constante e mesmo crescente êxodo das populações rurais para as zonas urbanas, consequência principalmente dos padrões de vida relativamente baixos que vigoram nos quadros rurais, dos baixos vencimentos e até mesmo pelo incremento da mecanização e motorização da lavoura, com o aperfeiçoamento e a racionalização das práticas agrícolas (64); de outro lado, o surto industrial que caracteriza principalmente a Capital paulista e arredores, mas que, sempre mais, começa a marcar as atividades funcionais de muitas cidades do interior.

É necessário, todavia, não superestimar o fenômeno *urbanização* dentro do Estado e considerá-lo nas suas devidas proporções. É que uma apreciável parte da população urbana do Estado de São Paulo concentra-se na *Região de São Paulo*, ou seja, na área dentro da qual encontra-se a Capital e suas cidades satélites. De fato, em 1950, o município de São Paulo e os que lhe estão próximos apresentaram, com relação ao domicílio de seus habitantes, os seguintes resultados:

(62) VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950 — *Seleção dos principais dados*.

(63) Para melhor compreensão do fenômeno recomendamos a leitura do artigo de Otávio BAPTISTA Filho, *Ecologia e Aspectos Demográficos do Estado de São Paulo*, publicado no "Boletim Paulista de Geografia", N.º 16, São Paulo, março de 1954.

(64) A propósito veja-se UNZER de ALMEIDA, Vicente e TRINHEIRA MENDES SOBRINHO, Otávio — *Migração Rural-Urbana* — Secretaria da Agricultura — Diretoria de Publicidade — São Paulo — 1951.

POPULAÇÃO PRESENTE

<i>icípios</i>	<i>Total</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Quadro Urbano</i>		<i>Quadro Suburbano</i>		<i>Quadro Rural</i>
				H.	M.	H.	M.	
Paulo	2 198 096	1 085 965	1 112 131	798 527	837 470	210 995	205 150	76 443
terí	10 447	5 370	5 077	2 963	2 888	1 304	1 258	1 103
.....	18 487	9 734	8 753	957	901	687	1 382	10 730
co da Rocha ...	26 055	14 528	11 527	2 428	2 397	1 370	632	8 090
ulhos	34 683	18 198	16 485	5 128	4 902	3 229	3 002	9 841
cerica da Serra	21 924	11 694	10 230	1 110	1 042	116	102	10 468
iporã	9 386	4 884	4 502	334	326	280	241	4 270
.....	11 697	6 056	5 641	2 977	2 916	1 796	1 580	1 283
o André	127 032	64 631	62 401	36 663	36 380	17 777	17 113	10 191
Bernardo do								
mpo	29 295	15 209	14 086	8 418	8 013	2 670	2 532	4 121
Caetano do Sul	59 832	30 754	29 078	25 232	23 900	3 212	3 055	2 310
				TOTALS				%
Total				2 546 934				—
Homens				1 267 023				—
Mulheres				1 279 911				—
Quadro Urbano								74,8%
Quadro Suburbano								18,7%
Quadro Rural								6,5% (65)

65). VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950 — *Seleção dos Principais dados.*

O índice de concentração urbana nos municípios relacionados é bem elevado, adquirindo um papel bem mais importante se considerarmos apenas o conjunto formado pelos municípios de São Paulo e do "A. B. C." (Santo André, S. Caetano do Sul e S. Bernardo do Campo). Neste caso encontraremos uma percentagem muito reduzida para a população rural, praticamente inexpressiva. É que o *Grande São Paulo*, resultado de um complexo fenómeno de conurbações, atualmente abrange para mais de 3 000 000 de habitantes, pouco menos, portanto, de um terço da população total do Estado. Sob esse aspecto, o Estado de São Paulo é uma unidade macrocéfala, assemelhando-se, agora, a países como a Argentina e Uruguai ou, então, com a Áustria (66). Essa macrocefalia é a principal responsável pelo fato do fenómeno de urbanização não ser tão geral como poderiam fazer supor os índices globais mais atrás lembrados.

Mas vejamos como se caracterizava o fenómeno urbano em São Paulo no ano de 1950: cinco núcleos possuíam menos de 500 habitantes, totalizando 1 859 habitantes; 44 de 501 a 1 000, com 33 322 habitantes; 102 de 1 001 a 2 000, com 145 313 hab.; 103 de 2 001 a 5 000, com 313 501 hab.; 59 de 5 001 a 10 000, com 415 212 hab.; 28 de 10 001 a 20 000, com 394 431 hab.; 20 de 20 001 a 50 000, com 597 168 hab.; 6 de 50 001 a 100 000, com 435 856 habitantes; um com 198 405 e outro com 2 017 025 habitantes (67).

Naturalmente, não devemos levar em consideração os núcleos com menos de 2 000 habitantes, os quais usufruem oficialmente da condição de *cidade* em virtude de abrigarem sedes municipais (68). Mesmo assim, porém, os centros urbanos paulistas são numerosos, atingindo um total de 218, considerados sómente os que possuem mais de 2 000 habitantes. Merecem uma especial menção os aglomerados com mais de 10 000 habitantes que, em 1950, atingiam o total de 56. Oito possuíam mais de 50 000 habitantes, somando 2 651 286 pessoas, ou seja, 29% de toda a população do Estado.

A rede urbana do Estado e suas características. — As oito cidades com mais de 50 000 habitantes eram as que seguem:

São Paulo	2 017 025	
Santos	198 405	
Campinas	99 156	
Santo André	97 444	
Sorocaba	68 811	
Ribeirão Preto	63 312	
São Caetano do Sul	55 399	
Baurú	51 734	(69)

São Paulo justifica sua posição pelo fato de ser o centro de um dos maiores parques manufatureiros da América, além da grande empório comercial e sede do Governo Estadual. Atualmente, é uma das grandes metrópoles mundiais, tendo já, nos nossos dias, se tornado a maior cidade brasileira, a segunda da América do Sul e de todo o hemisfério austral (70).

Santos, que de há muito deixou de ser apenas o *porto do café*, é escoadouro dos produtos de exportação e receptáculo dos produtos de importação de uma vasta e rica hinterlândia que, além do Estado de São Paulo, abrange

(66) PETRONE, Pasquale — *A Cidade de São Paulo no Século XX* — in "Revista de História", Ns. 21 e 22, Volume X, janeiro-junho de 1955, São Paulo, pág. 127.

(67) VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950 — *Seleção dos principais dados* — p. VII.

(68) AZEVEDO, Aroldo de — *Obra citada* (sobre o conceito de cidade).

(69) VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950 — *Seleção dos principais dados*, p. VII.

(70) Veja-se os estudos sobre a cidade na *Bibliografia final*.

também as terras do Norte do Paraná, Sul de Mato Grosso e de Goiás, Triângulo Mineiro e Sul de Minas Gerais. Uma das terminais da transcontinental Santos-Arica, esse aglomerado destaca-se por possuir as maiores instalações portuárias do país e o maior movimento de mercadorias (71).

Campinas, situada a apenas 100 km, a N. NW da capital é importante nó rodo-ferroviário, foi centro de antiga área cafeeira e atualmente, centro de uma das áreas policultoras mais importantes do Brasil, além de possuir função industrial de destaque.

Santo André e *São Caetano do Sul* são aglomerados vizinhos da Capital, integram o *Grande São Paulo* e caracterizam-se por abrigarem uma das mais importantes atividades industriais do território brasileiro.

Sorocaba, também núcleo industrial, destaca-se na paisagem fabril do interior paulista, enquanto que *Ribeirão Preto*, como Campinas centro de velha zona cafeeira, soube manter-se e evoluir na base da policultura de seus arredores e de um embrião de industrialização.

A cidade de *Baurú*, que aparece por último na lista, praticamente situada no centro geométrico do Estado, é um dos mais importantes entroncamentos rodoviários e ferroviários, além de possuir aeropórtio de movimento não descurável. De situação geográfica privilegiada, Baurú está fadada a ocupar uma posição de excepcional destaque no cenário das cidades bandeirantes. Ante-se o fato de que, cidades como Baurú ou Sorocaba, Ribeirão Preto ou Santo André, não se falando de Campinas ou Santos, superam mesmo muitas capitais de Estados brasileiros, alinhando-se entre os aglomerados nacionais de maior população.

Um dos fatos que despertam a atenção dos que se preocupam com o estudo das cidades paulistas é a sua *hierarquização*. Esse fenômeno é consequência principalmente: 1. do processo de povoamento do Estado, à base de mecanismos de *pionirismo*, com as *bôcas de sertão* presidindo a penetração e funcionamento quase como matrizes dos núcleos que surgiam além; 2. da conformação da rede rodo-ferroviária do Estado, permitindo um escalonamento na importância dos centros urbanos, em função da situação geográfica de cada um e, conseqüentemente, do seu papel como nós de comunicação; 3. da posição, em grande parte decorrente dos itens anteriormente citados, que os aglomerados adquiriram como *centros regionais*, os menos importantes abrangidos pela área de influência dos mais importantes. Dessa forma, temos no Estado de São Paulo como que um sistema "planetário" urbano, com seu astro principal, seus planetas e satélites. Dentro dessas condições, a cidade de São Paulo, pela sua *situação* como centro de dispersão das comunicações do Estado aparece com uma influência que se faz sentir fora das fronteiras paulistas (72). Com o aglomerado santista, a Capital paulista forma um binômio de *cidades conjugadas* que preside a todo o mecanismo dos meios de comunicação do Estado e, portanto, de seus transportes e comércio.

Seguem-se as *grandes capitais regionais*, tais como *Campinas*, *Ribeirão Preto*, *Araraquara* (34 114 hab.), *Baurú*, todas antigas "bôcas de sertão", *pontos de trilhos* durante algum tempo. Com quase a mesma importância temos, por exemplo, *São José do Rio Preto* (36 942 hab.), a "capital" da zona Araraquarense, *Lins* (23 737 hab.) e *Araçatuba* (26 862 hab.), "capitais" da zona da Noroeste, *Marília* (35 742), o principal centro da Alta Paulista, *Presidente Prudente* (26 790 hab.), centro regional na Alta Sorocabana, *Taubaté*, principal núcleo do Vale do Paraíba.

(71) CARVALHO, Maria Conceição Vicente de — *O porto de Santos* — in "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia" — Vol. 4 — Rio de Janeiro — 1944.

(72) PRADO Júnior, Caio — *O fator geográfico na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo* — in "Geografia" — Ano I, n.º 3. São Paulo, 1935; — *Novas Contribuições para o estudo geográfico da cidade de São Paulo* — in "Estudos Brasileiros" — Ano III, Vol. VII, Rio de Janeiro, 1941.

Na área de influência de cada um desses centros aparecem núcleos menores, pequenas capitais regionais, com raio de ação mais restrito; é, por exemplo, o caso da cidade de Franca (26 629 hab.), dentro da região de Ribeirão Preto, Fernandópolis (5 528 hab.), dentro da região de São José do Rio Preto, Andradina (9 366 hab.), na de Araçatuba, Tupã (17 946 hab.), na de Marília, e assim por diante. Naturalmente, a importância de cada um desses núcleos menores está na dependência das circunstâncias do próprio desenvolvimento da grande região a que pertence. É interessante notar que na região do Norte do Paraná, onde o povoamento foi uma consequência da expansão econômica paulista, o mesmo fenômeno pode ser observado (73). Assim é que ao lado de Londrina, grande capital regional, aparecem centros do tipo de Maringá, de mesma função, porém hierarquicamente inferior.

Escrevendo sobre os fatores de crescimento dos centros urbanos das *frontes pioneiras* do planalto ocidental de São Paulo, P. Monbeig nos chama a atenção para a uniformidade das condições naturais, em face das quais os problemas de *sítio* e de *situação* aparecem bastante simplificados (74). Realmente, atentando-se ao fato de que os planaltos de relevo pouco movimentado dominam na maior parte do Estado, sendo pequena a participação das regiões serranas e das acanhadas e fragmentadas planícies litorâneas (75), compreende-se que a maioria das cidades paulistas apresenta, "grosso-modo", condições semelhantes de *situação* e *sítio urbano*.

O maior número de cidades assentou-se sobre *sítios de espigão*. É o caso comum na Araraquarense, na Alta Paulista, na Sorocabana, mesmo na Alta Mojiana. "Em toda a parte é o topo mais ou menos estreito do espigão, mas sempre bastante extenso para abrigar uma cidade, com as suaves vertentes dos vales que aí nascem, suficientes para permitir o escoamento das águas pluviais e dos esgotos" (76). É o sítio de Marília e Lins, Rio Preto e Franca, Tupã e Presidente Prudente, e de muitos outros. São todas as cidades situadas nos planaltos, areníticos ou arenítico-básalticos. Quanto à situação de cada uma delas, nada também a diferenciá-las de modo mais particular; todas situaram-se em função da evolução do povoamento do território, dentro, portanto, das direções que o nortearam.

Nas demais unidades fisiográficas do Estado dominam, como é natural, outros tipos, quer de sítios, quer de situações geográficas. Nas áreas cristalinas pertencentes ao Brasil tropical-atlântico, aparecem os sítios em *compartimentos* ou *abçolos*, os em *terraços* e os de *colina* ou *acrópole*.

No primeiro caso, os exemplos paulistas não são muito numerosos, mas recentemente tivemos oportunidade de estudar um caso — São Luís do Paraitinga, no vale do rio homônimo, no reverso da escarpa da Serra do Mar.

Os sítios em terraços já são mais numerosos, particularmente no vale do rio Paraíba, a exemplo das cidades de Lorena, Taubaté e outras.

Sítios em acrópole são os de Aparecida do Norte, no vale do Paraíba, Atibaia, ao norte da Capital, Bragança Paulista e, principalmente, de antigos núcleos, do tipo de Itapeverica da Serra e Cotia.

Um papel especial foi reservado, nesse sentido, às áreas terciárias do Estado, destacando-se o caso da cidade de São Paulo e o do médio vale do Paraíba.

Considerados somente os casos mais gerais, nas áreas velhas do Estado, os sítios urbanos mais comuns têm sua existência relacionada com a marcha

(73) MONBEIG, Pierre — *Obra citada* e MULLER, Nice Lecocq — *O Norte do Paraná* — in "Boletim Paulista de Geografia" — março de 1956 — N.º 22 — São Paulo.

(74) MONBEIG, Pierre — *Obra citada* — págs. 313 e 314.

(75) AB'SABER, Aziz Nacib — *A Geomorfologia do Estado de São Paulo* — in "Aspectos Geográficos da Terra Bandeirante" — Rio de Janeiro — 1954 — p. 7.

(76) MONBEIG, Pierre — *Obra citada*, pág. 314.

do povoamento, que, aqui, aproveitou-se das vias naturais de comunicação representadas pelos fundos de vales; é evidente o contraste com as zonas novas, onde o povoamento se fez principalmente por intermédio dos espigões que se alongam em forma de extensas plataformas entre os afluentes da margem esquerda do Paraná. Compreende-se que nas zonas velhas a disposição dos vales e, conseqüentemente, das vias naturais de comunicação presidiu, também, os tipos mais comuns de situações geográficas dos centros urbanos. De modo geral, às condições monótonamente uniformes, que caracterizam as zonas sedimentares da Depressão Periférica e do Planalto Ocidental, opõem-se, contrastam mesmo, as complexas condições da área atlântica.

Os fatores que presidiram a origem das cidades paulistas foram muitos e com papéis bem diferentes quanto à importância que tiveram. P. Deffontaines, em excelente artigo sobre a origem das cidades brasileiras, considerou os seguintes fatores: 1.º Reduções; 2.º Aglomerados de origem militar; 3.º a Mineração; 4.º os Pousos de beira-de-estrada; 5.º a Navegação fluvial; 6.º as Ferrovias; 7.º os Patrimônios religiosos; e 8.º os Patrimônios leigos (77). Para o caso do Estado de São Paulo, interessam principalmente os fatores 1.º, 4.º, 6.º, 7.º e 8.º.

Já tivemos ocasião de nos referir às *Reduções* quando tratamos do povoamento do Estado; P. Deffontaines dá um destaque especial ao papel desses "burgos de catequização", lembrando que várias das mais velhas aglomerações do Estado de São Paulo derivam de primitivas aldeias em torno de capelas missionárias — Itapeçerica da Serra, São Miguel Paulista, M'Boy (Embú), Parnaíba e outras (78). De qualquer forma, tais núcleos não são muito numerosos dentro do Estado e, em sua maioria, decaíram, alguns deles tendo sofrido um reerguimento recente por se encontrarem na zona de maior influência da cidade de São Paulo, a exemplo de Santo Amaro ou São Miguel Paulista.

Os *pousos de beira-de-estrada* tiveram uma importância bem maior. Sua influência está intimamente relacionada com a utilização das *tropas* como principal meio de transporte; conseqüentemente, na terra paulista, os centros com essa origem datam em sua esmagadora maioria de um período anterior ao desenvolvimento ferroviário, ou seja, anterior ao terceiro quartel do século passado. Por outro lado, a maior soma desses aglomerados surge com uma intensificação dos transportes em função de um ou outro período de maior desenvolvimento econômico. É o caso, por exemplo, do século XVIII, quando as comunicações com as regiões de mineração condicionaram o aparecimento, ao longo dos caminhos, de pousos que constituíram embriões de algumas das cidades atuais. Tal é, por exemplo, o caso das cidades de Franca e de Moji Mirim. Em certas circunstâncias, embora a condição de pouso não tenha sido o motivo primeiro para o aparecimento do núcleo, foi, entretanto, um dos fatores fundamentais das primeiras fases de seu crescimento, dado que tiveram a função de via de passagem; veja-se, por exemplo, como é sugestivo, no velho roteiro para as Minas Gerais, o suceder de cidades, a intervalos regulares, ao longo do vale do Paraíba: Jacaré, São José dos Campos, Taubaté, Pindamonhangaba, Aparecida, Guaratinguetá, Lorena.

(77) DEFFONTAINES, Pierre — *Como se constituiu no Brasil a rede das cidades* — Transcrição — in "Boletim Geográfico", Ano II, maio de 1944, n.º 14, pág. 141 e Ano II, junho de 1944, n.º 15, pág. 299, I. B. G. E. — Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro. (Rubens Borba de Moraes — obra citada — discrimina os seguintes fatores de povoamento: I — Povoador anônimo; II — Aldeia de Índios; III — as Sesmarias e a Fazenda; IV — a Capela, particular, coletiva ou de romaria; V — o Pouso, de bandeira ou de tropa; VI — a Fundação Deliberada, distinguindo a Colônia Militar e o Patrimônio — págs. 76 e 77. É bem de ver que os referidos fatores, uns mais, outros menos, frequentemente originaram embriões de cidades).

(78) DEFFONTAINES, Pierre — *Obra citada*, pág. 142.

O desenvolvimento da rede ferroviária paulista fez com que aparecessem cidades cujo embrião foi uma *estação* e, particularmente, uma estação terminal de estrada de ferro; no segundo caso temos o aparecimento das denominadas *bôcas de sertão* (79). Deffontaines lembra o exemplo, não muito comum, da Companhia Paulista de Estradas de Ferro que, na sua seção a Oeste de Baurú, criou uma série de estações em torno das quais surgiram cidades do porte de Marília ou de Gália e Pompéia (80). "Mas a estação ferroviária que, quase seguramente, faz aparecer uma cidade é a estação terminal, a *ponta de trilho*, que desemboca na região nova e constitui uma ponta pioneira, é a *bôca de sertão*, a bôca sobre as regiões vazias" (81). Os exemplos são muitos: Casa Branca, Rio Preto e Fernandópolis, Baurú e Marília, Ourinhos e outras. Os exemplos mais característicos são os que estão ligados às zonas pioneiras, pois os trilhos, regra geral, caminharão com elas (82).

Em muitos dos exemplos citados nos casos anteriores, conjuntamente com os fatores considerados, fez-se sentir a ação de um outro, representado pelos *patrimônios*. Comumente estes originaram cidades. Os mais importantes foram os *patrimônios religiosos*. "O modo de criação desses burgos mostra bem a proeminência da função religiosa que serviu de ponto de concentração inicial. Em geral é um fazendeiro ou uma reunião de fazendeiros vizinhos que faz doação do território; ele o constitui em *patrimônio*, patrimônio oferecido à igreja ou antes a um santo, ao qual será dedicado o novo burgo e do qual ele levará o nome. O ato é redigido em nome do santo, o bispo assina no seu lugar e sítio" (83). Essa foi, por exemplo, a origem de Sorocaba, Botucatu, ou São Carlos. A essa forma de patrimônio, que frequentemente tornava-se também em negócio lucrativo, veio se juntar, nos últimos decênios, um tipo *leigo* (84). É um leigo que "loteia, vende por sua conta e se encarrega das despesas da construção, traça ruas, canalizações de água ou então cria um conselho de cidade entre os primeiros compradores, aos quais entrega a preço muito baixo o patrimônio, e que se encarregam de lotear e arranjar" (85). Os exemplos multiplicaram-se e de passagem podemos citar Presidente Prudente, Assis, Pompéia, Ribeirão Preto, a própria Marília, Fernandópolis e muitas outras.

Tão ou mais diversificados que os fatores de origem foram os do *crescimento* das cidades paulistas. Todas tiveram fases de grande desenvolvimento intercaladas por períodos de estabilização ou mesmo de decadência. Algumas, importantes no passado, viram-se reduzidas à situação de núcleos pobres e semi-abandonados. Em certos casos, justificaram inclusive o epíteto de *cidades mortas* (86). Em outros, conseguiram manter-se e chegar à situação de *capital regional*. Mas no desenvolvimento e crescimento de quase todas elas verifica-se a presença constante do jogo de dois fatores: o incremento econômico e a circulação de um lado, e a instabilidade do povoamento e da própria economia, de outro. A definitiva estabilização dos centros urbanos

(79) DEFFONTAINES, Pierre — *Obra citada*, pág. 147.

(80) DEFFONTAINES, Pierre — *Obra citada*, pág. 147. — Convém notar que a influência das ferrovias nem sempre se limitou à ação decorrente de sua presença; não raramente sua influência foi indireta. Em 1946 tivemos ocasião de observar tal fato viajando pela Alta Araraquarense. Nessa época a *ponta de trilhos* encontrava-se ainda em Votuporanga; entretanto, justamente na previsão de que a ferrovia não tardaria a atingi-los, surgiram, mais adiante, em direção do velho porto Tabuado no rio Paraná, núcleos como Paulicéia, Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Jales e outros.

(81) DEFFONTAINES, Pierre — *Obra citada*, pág. 147.

(82) Veja-se MONBEIG, Pierre — *Obra citada*.

(83) DEFFONTAINES, Pierre — *Obra citada*, pág. 300.

(84) DEFFONTAINES, Pierre — *Obra citada*, pág. 302.

(85) DEFFONTAINES, Pierre — *Obra citada*, pág. 302.

(86) LOBATO, Monteiro — *Cidades Mortas* — Brasiliense, São Paulo — Obras Completas.



decorre principalmente do amadurecimento regional, com consequente estabilização da vida econômica (87).

Uma referência especial merecem, entretanto, aquêles aglomerados cujas vicissitudes de crescimento foram devidas à cultura cafeeira: são as *idades do café*. Também merecem um aceno os aglomerados cujo desenvolvimento deu-se em função de sua condição de *nós de comunicação, centros regionais* e, recentemente, os que abrigam *parques industriais*.

Um dos aspectos que têm caracterizado as novas cidades do Estado, nos últimos cinquenta anos, é o seu vertiginoso crescimento. São verdadeiras *cidades cogumêlas*, cuja existência, mais uma vez, está ligada à presença das zonas pioneiras. Baurú, por exemplo, fundada em 1896, dois anos depois já era um núcleo com aproximadamente 4 000 habitantes (88). Marília, em zona praticamente desocupada em 1925, atingiu cerca de 20 000 habitantes por volta de 1935, 23 751 em 1940 e 35 742 em 1950. Andradina, com 2 737 habitantes em 1940, passou a contar 9 365 em 1950. Osvaldo Cruz, núcleo fundado em 1941, nove anos depois tinha uma população de 6 591 habitantes. Votuporanga possuía 8 780 habitantes em 1950, quando contava apenas 10 anos de existência. Fernandópolis é posterior a 1940 e, entretanto, sua população, em 1950, já era superior a 5 500 habitantes (89).

É bem verdade que na maioria dos casos tal crescimento se verifica em cidades cuja vida é tipicamente de zona pioneira e que, com frequência, estabilizam-se ou decaem com o avanço da frente pioneira. Algumas mais privilegiadas, porém, como Rio Preto, Baurú ou Marília, continuam a crescer.

Estrutura e fisionomia das cidades. — No referente à *estrutura* podemos, desde logo, distinguir dois grandes tipos, as *inorgânicas* e as *geométricas*. As inorgânicas dominam em quase todas as zonas velhas do Estado, nas áreas litorâneas, zonas serranas do reverso da Serra do Mar, zona serrana da Mantiqueira, Vale do Paraíba, Planalto Paulistano e, de um modo geral, nas áreas cristalinas. Caracterizam as cidades mais antigas, frequentemente de crescimento espontâneo, de expansão espacial desorganizada ou então com traçados desordenados em virtude de se adaptarem a condições de sítio muito irregulares. Regra geral, possuem logradouros acanhados, praças irregulares, ruas estreitas e sinuosas, sem muita continuidade. Dado que, como é natural, a parte central, mais antiga, é que mais nitidamente se apresenta com essas características, compreende-se que o crescimento do núcleo tenha criado, em alguns casos, graves *problemas de circulação urbana*. Veja-se, por exemplo, os problemas com que se defronta Campinas, cujos logradouros centrais, abertos para uma circulação de pedestres, animais ou veículos a tração animal, deve, agora, suportar uma circulação relativamente intensa, à base da motorização.

As modificações introduzidas nos planos das cidades, para adaptá-los às novas contingências da circulação viária, acarretaram, em consequência, uma camuflagem parcial nos antigos traçados. Não é raro, nas zonas velhas consideradas, encontrarmos cidades com típicos planos geométricos. Trata-se,

(87) MONBEIG, Pierre — *Obra citada*; DEFFONTAINNES, Pierre — *Obra citada*; AZEVEDO, Aroldo de — *Obra citada*.

(88) DEFFONTAINNES, Pierre — *Obra citada*, pág. 148.

(89) MONBEIG, Pierre — *Obra citada*; VI Recenseamento Geral do Brasil. É interessante notar que ao lado das cidades de crescimento vertiginoso, típicas das zonas novas, encontramos, dentro das áreas de povoamento mais antigo, exemplos de cidades que já foram florescentes, e que atualmente se encontram na mais completa decadência. Quanto contraste entre o dinamismo das *cidades vivas*, tão bem descritas por Brenno Ferraz, e a modorra das serranas Jambeiro e Areias, objeto de belas páginas de Monteiro Lobato, ou de muitos centros litorâneos, (LOBATO, Monteiro — *Obra citada* e FERRAZ, Brenno — *Cidades Vivas* — Monteiro Lobato & Comp., São Paulo, 1924).

então, de centros cujo traçado foi planejado de antemão, pelos fundadores ou mesmo por disposição das autoridades governamentais. O exemplo de São Luís do Paraitinga, criado sob o governo do Morgado de Mateus, é bastante expressivo.

O grande desenvolvimento espacial das cidades velhas, verificado em períodos recentes, acarretou, muitas vezes, uma justaposição concêntrica de áreas com traçados diferentes. Em torno do núcleo central, inorgânico, dispõe-se um anel de áreas com traçado moderno, geométrico quase sempre. A esse propósito, veja-se os exemplos de Santos, Campinas, Taubaté e outros. Quando o crescimento é muito grande, originando metrópole, caso da Capital, então temos uma estrutura caótica, desorganizada, verdadeira colcha de retalhos.

Nas cidades das áreas mais novas do Estado, domina a estrutura baseada em um traçado em tabuleiro de xadrez, ortogonal. Nelas, as praças são quadrangulares e as ruas, retas, cortam-se perpendicularmente. Tal fato contribuiu para que a fisionomia dessas cidades seja monotonamente a mesma, principalmente porque, conforme já vimos, repetem-se também as condições de sítio. Aliás, o sítio é um dos responsáveis pela repetição desse tipo de plano, embora Alice Cannabrava afirme existir nisso o produto de uma tradição ibérica na criação de cidades (90). O fato é que, provavelmente, a facilidade com que se obtém esse traçado é uma das responsáveis principais pelo seu domínio (91).

Apesar de numerosas das antigas cidades paulistas guardarem, na sua fisionomia, muitas das características de sua origem colonial e ibérica, apesar de não serem poucas as que repetem padrões de origem marcadamente europeus, a maioria, entretanto, possui características que as identificam com as cidades de tipo americano. Pelos traçados geométricos dominantes, pela repetição dos aspectos de seus logradouros, pela rapidez de seu crescimento, contínuas e rápidas transformações por que passam, pelo movimento de suas vias centrais, pela agitação de suas estações rodoviárias, vae-vem de trens e mesmo pelo movimento de seus aeroportos, pelo volume dos negócios e papel de seus numerosos estabelecimentos bancários, até mesmo pelas silhuetas dos arranha-céus que começam a caracterizá-las, a maioria das cidades paulistas representa bem o tipo de fenômeno urbano que se originou no Novo Mundo. E mais do que isso, novas que são em esmagadora maioria, relacionadas com rápidos surtos econômicos e com desenfileadas especulações imobiliárias, produtos, frequentemente, do mecanismo das zonas pioneiras, são, antes de mais nada, grandes empreendimentos econômicos.

Sob esse aspecto é possível falar-se, considerados os quadros urbanos brasileiros, em cidades de tipo paulista. A esse tipo pertencem, mesmo, cidades de outros Estados, como as do Norte do Paraná — Londrina em primeiro lugar —, Campo Grande em Mato Grosso ou Uberaba e Uberlândia em Minas Gerais. Até mesmo em Estados mais distantes, como a longínqua Paraíba, vamos encontrar cidades como uma Campina Grande, repetindo, em terras do Nordeste, um fenômeno comum em São Paulo.

Outro traço que chega a ser marcante em cidades do Estado, particularmente as novas, além da Capital e seu principal porto, é seu *cosmopolitismo*, considerada, neste caso, também a participação dos nacionais oriundos dos mais variados Estados.

Santos é uma cidade com grande contingente de Portugueses e forte efetivo de Nordestinos; São Paulo é uma das grandes encruzilhadas do Globo, cadinho de raças, nacionalidades, linguas e religiões diferentes. Já foi mesmo uma verdadeira cidade de Italianos. As cidades da zona da Paulista trazem, nos sobrenomes de seus habitantes, a marca da influência italiana ou espanhola.

(90) Palestra efetuada por ocasião do I Congresso Brasileiro de Geógrafos, em Ribeirão Preto, julho de 1954.

(91) MONBEIG, Pierre — *Obra citada*.

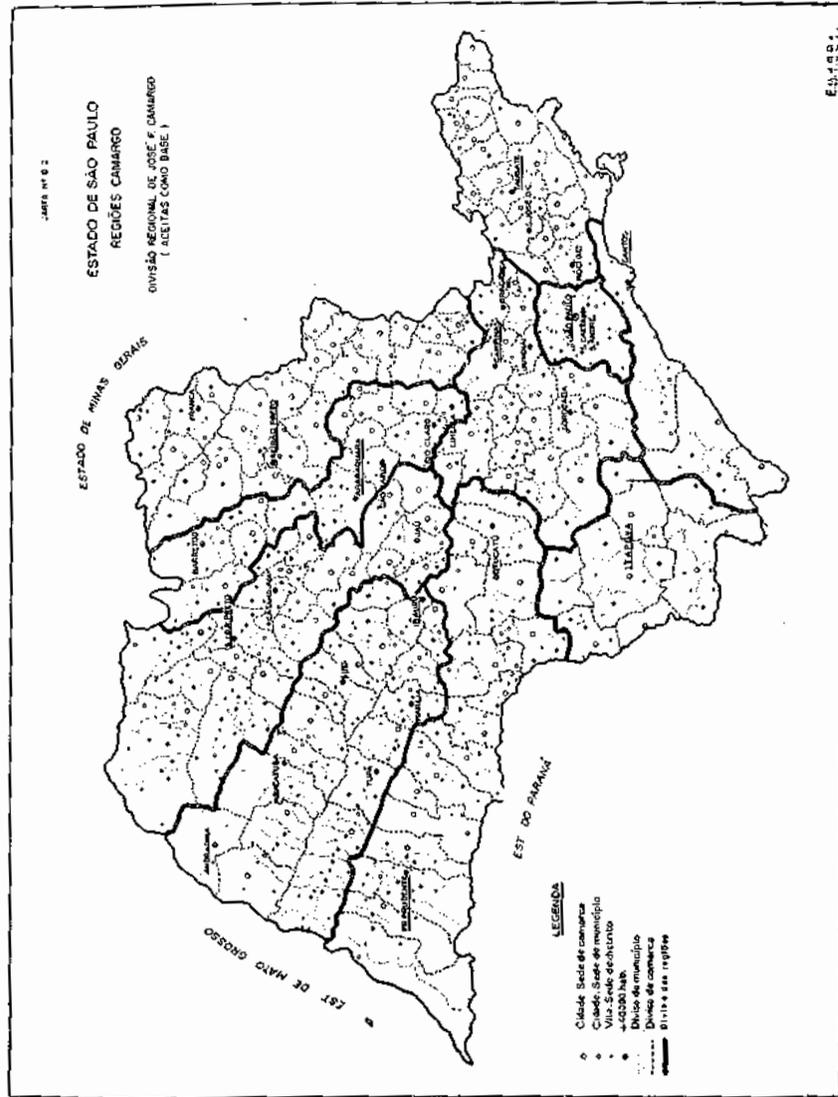


Fig. 4 — Da obra *Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo* — Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai — II Volume — São Paulo — 1954 — pág. 126.

Certas cidades da zona da Noroeste, a exemplo de Lins e Araçatuba, ou da Alta Paulista, — como Marília, Tupã ou Bastos — possuem ruas que evidenciam, no tipo de comércio nelas existentes, nos letreiros, nos transeuntes, a presença do Japonês. As cidades da "São Paulo-Goiás" — o caso de Nova Granada é sugestivo — revelam, com facilidade, a importância dos Espanhóis. A "Alta Araraquarense" possui apreciáveis contingentes de descendentes de Italianos, Espanhóis e Portugueses, enquanto que alguns centros da Ribeira (Registro o melhor exemplo), mais uma vez nos fazem entrar em contacto com a colônia japonesa. E em todas elas encontramos uma minoria Síria; e em todas elas encontramos os Mineiros, os Baianos ou os Nordestinos.

Muitos, ao encarar o fenómeno de urbanização do Estado de São Paulo, julgam que o predomínio das populações urbanas poderá prejudicar seriamente a vida económica do Estado. É evidente que essa possibilidade, segundo tudo parece indicar, está muito longe de se objetivar. Em primeiro lugar, em qualquer fonte estatística pôde ser observado que a produção agrícola, quando não acompanhou o crescimento da população, foi de pouco, fato possibilitado pela racionalização, mecanização e diversificação da lavoura paulista. Em segundo lugar, o fenómeno de urbanização do Estado, em parte não desprezível, é concomitante, quando não decorrente, da progressiva industrialização que se verificou nos últimos decênios. E a industrialização significa produção de riquezas que, aliadas às decorrentes das demais atividades económicas, possibilita um intercâmbio comercial que pode satisfazer às necessidades do mercado consumidos interno. Em terceiro lugar, é preciso considerar a produção agrícola, não em função dos limites do Estado, mas sim dentro dos quadros agrários inclusive de outros Estados, pertencentes à região geo-económica bandeirante.

As regiões geo-humanas do Estado de São Paulo. — A primeira tentativa séria no sentido de distinguir regiões geográficas, e, portanto, também regiões geo-humanas, no Estado de São Paulo, deve-se a Pierre Deffontaines (92). O citado geógrafo distingue, preliminarmente, duas grandes áreas: 1. as *velhas regiões*, situadas a Leste e Sul do aglomerado campineiro, de povoamento mais antigo; 2. as *regiões novas*, ao Norte e Oeste de Campinas, de povoamento recente, marcadas pela influência da cultura cafeeira e pela presença do imigrante europeu.

A partir dessas duas grandes áreas, Deffontaines considerou as seguintes regiões: a) do *Litoral*, abrangendo as costas Leste e Oeste; b) da *Zona Cristalina e Dobrada*, com o Alto da Serra; c) *Vale médio do Paraíba*; d) *Região da Mantiqueira*; e) a das *Serras graníticas do Norte*; f) *Zona Cristalina* em torno de São Paulo; g) a *Região de São Paulo*, com sua *área horticultora*; h) a *Depressão Periférica*, com a *Zona Permiana* do Norte, a *Zona Permiana Campineira* e a *Zona Permiana* a ocidente de Sorocaba; i) a *Região dos arenitos e das diabases*; j) a *Zona dos pastos de Barretos*; k) a *Franja pioneira* e l) a *Zona do Sertão*.

O Conselho Nacional de Geografia, cujo critério de divisão baseou-se em um prisma nacional, considerou a existência, dentro do Estado de São Paulo, de duas grandes porções, uma pertencente à *Grande região Leste do Brasil* e outra à *Grande região Sul*.

Na primeira foram distinguidas as seguintes zonas: a) do *Litoral*, com o *Litoral de São Sebastião*; b) da *Encosta*, com o Alto e Médio Paraíba e c) do *Planalto*, com a *Zona da Mantiqueira*.

(92) DEFFONTAINES, Pierre — *Regiões e Paisagens do Estado de São Paulo* — in "Boletim Geográfico", Ano II, N.º 24, março de 1945 e Ano II, N.º 25, abril de 1945, Rio de Janeiro.



Divisão regional
do Estado de São Paulo
Elaborada pela Secção Regional de São Paulo
da Associação dos Geógrafos
Brasileiros

FIG. 5 — Do vol. I dos Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1949.

Na segunda porção foram consideradas: a) o *Litoral e a Serra*, com as zonas do Litoral de Iguape e do Litoral de Santos; b) o *Planalto Cristalino*, com as seguintes zonas — Alto Ribeira, Paranapiacaba, Industrial e Cristalina do Norte; c) *Sedimentar Permiana*, com a zona das Campinas de Sudeste, Zona de Piracicaba e Zona Mojiana; d) *Planalto Ocidental da Serra Geral*, com numerosas sub-divisões integradas no Alto Planalto Paulista, no Rio Grande, na sub-região Caféeira e na sub-região Pioneira; e) *Sertão do Rio Paraná* (93).

A Secção Regional de São Paulo, da Associação dos Geógrafos Brasileiros, criticando as tentativas anteriores, propôs uma nova divisão, sem dúvida aquela que mais de perto satisfaz à distribuição dos fenômenos geográficos do Estado.

Pela importância que possui, transcrevemo-la na íntegra:

<i>Regiões</i>	<i>Sub-Regiões</i>	<i>Zonas</i>	
I. Litoral	1. Baixada do Ribeira ..	a) Iguape b) Registro	
	2. Litoral de Santos		
	3. Litoral de São Sebastião		
II. Planalto do Atlântico	1. Serrana	a) da Bocaina b) do Alto Paraíba c) de São Paulo d) da Serra de Paranapiacaba	
	2. Planície do Paraíba		
	3. Mantiqueira	a) Campinas b) Bragança c) São José do Rio Preto d) Campos do Jordão	
III. Depressão Paleozóica	1. Campos Gerais	a) Itapeva b) Sorocaba	
	2. Médio Tietê	a) Piracicaba b) Itú	
	3. Campos Cerrados	a) Rio Claro b) Piraçununga	
IV. Planalto Ocidental ..	1. Alto Planalto	a) Pirajú b) Botucatu c) Jaú d) São Carlos e) Araraquara f) Ribeirão Preto g) Franca	
		2. Médio Planalto	a) Assis b) Presidente Prudente c) Baurú d) Araçatuba e) Marília f) Rio Preto g) Catanduva h) Barretos i) Douradense
			3. das Matas do Rio Paraná

(93) Ver mapa in MONBEIG, Pierre — *A Divisão Regional do Estado de São Paulo* — Relatório apresentado à Assembléa Geral da A. G. B., reunida em Lorena, em nome da Secção Regional de São Paulo — in "Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros", Vol. I, (1945-1946), São Paulo, 1949.

(94) MONBEIG, Pierre — *A Divisão Regional do Estado de São Paulo* — Obra citada.

Não julgamos de todo arbitrárias as divisões regionais consideradas por Sérgio Milliet e aquelas que, com algumas modificações introduzidas na primeira, serviram de base ao excelente trabalho de José Francisco de Camargo (95). Entretanto, baseadas que são principalmente no fenômeno da irradiação ferroviária no Estado, associada à marcha do povoamento e à sucessão das zonas cultivadas com o café, elas não satisfazem ao nosso objetivo. Daí julgarmos recomendável utilizar a divisão proposta pela Secção Paulista da A. G. B., embora, quando necessário, com algumas retificações. Estas se justificam, como é óbvio, pelas transformações que decorreram, particularmente nas áreas mais novas, da evolução econômica e demográfica recente.

Por outro lado, nem sempre há inteira coincidência entre as áreas abrangidas por determinados fenômenos físicos, com os econômicos e demográficos. Assim sendo e, conforme frizamos, tomando por base a divisão agebeana, vamos a uma tentativa de arrolamento das áreas geo-humanas do Estado.

A área mais fácil de distinguir, sem dúvida, é a do *Litoral* (96). Sua principal característica é a de ter sido a primeira região do atual Estado a ser povoada. Nela encontramos alguns dos mais antigos núcleos, não só de São Paulo, como de todo o Brasil. Dominam aí centros em decadência, a exemplo de Iguape ou Ilhabela, Cananéia ou Ubatuba. Antigos portos, que repartiam entre si a hinterlândia produtiva até então existente, foram praticamente abandonados quando, no decorrer da segunda metade do século passado, organizou-se a atual rede ferroviária do Estado, englobando todo êle na hinterlândia de Santos. As densidades de população, bastante baixas nas áreas rurais, refletem a pobreza econômica da região. No conjunto desfavorecida, quer pelas condições climáticas, que pela ausência de possibilidades econômicas rendosas, permaneceu quase inteiramente à margem do fluxo migratório; sua população, no seio da qual destaca-se o "caicara" da orla praieira, ou "o capuava" dos morros, revela traços mais ou menos importantes de cruzamentos euro-americanos, com índices muito baixos quanto ao nível de vida.

Dois áreas, entretanto, possuem peculiaridades que as diferenciam do conjunto: o *Litoral de Santos* e a *Zona de Registro*, na baixada do Ribeira. O Litoral de Santos destaca-se pela presença do grande porto paulista, uma numerosa e predominante população urbana, ao mesmo tempo que o seu trecho sul, ao longo da Praia Grande, está se tornando uma imensa zona de veraneio para os paulistas. A Zona de Registro, embora se identifique com o restante nos seus traços gerais, destaca-se, entretanto, pelas formas de povoamento, muitas vezes na base de culturas comerciais mais diversificadas, e pela presença de áreas de colonização estrangeira: de Italianos e Poloneses, mais antigos; de Japoneses, mais recentes.

Acrescentem-se, aos elementos acima relacionados, as transformações por que passa boa parte do Litoral, inclusive o Norte, graças ao desenvolvimento do turismo.

A segunda região paulista, também delimitada pela Secção paulista da A. G. B. e inconfundível quanto aos seus aspectos humanos, é a do *Planalto Atlântico*. Compreende toda a zona serrana do Estado, as vertentes meridionais e ocidentais da Mantiqueira, o vale do Paraíba e mais o Planalto Paulistano, abrangendo, inclusive, grande parte da zona de Jundiaí — Campinas. Como a

(95) CAMARGO, José Francisco de — *Obra citada* e MILLIET, Sérgio — *Roteiro do Café e Outros Ensaios* — São Paulo, 1941.

(96) Sobre o litoral paulista, veja-se: PAPY, Louis — *En Marge de L'Empire du Café — La Façade Atlantique de São Paulo* — separata da "Les Cahiers D'Outre-Mer", tomo V, 1952, Bordeaux; SILVEIRA, João Dias da — *Baixadas Litorâneas Quentes e Úmidas* — São Paulo, 1950; ARAUJO Filho, J. Ribeiro de — *A Baixada do Rio Itanhaém* — Estudo de Geografia Regional, São Paulo, 1951; FRANÇA, Ary — *A Ilha de São Sebastião, Estudo de Geografia Humana*, São Paulo, 1951; além disso, as obras citadas de MONBEIG e DEFFONTAINES.

do Litoral, esta também é uma zona de povoamento antigo. Nela, a ocupação do solo se fez, com maior ou menor intensidade, antes do terceiro quartel do século passado. Com algumas mais importantes áreas caféiras do passado, a região em questão abrange a maior parte das chamadas "zonas velhas" do Estado.

No planalto atlântico é possível distinguir as Zonas Serranas, a Zona Industrial, a de Campinas, o Vale do Paraíba e a Zona da Mantiqueira. A *Zona Serrana da Paranaíba*, embora devassada há muito, conserva-se pouco povoada; área pobre, ainda guarda uma pequena porção de matas (97). A zona serrana do *Alto Paraíba* e da *Bocaina*, com sua população cabocla, sua cultura "caipira", com a presença recente do imigrante mineiro, sua passagem de zona cafeicultora para zona de criação de gado leiteiro, com suas antigas e decadentes cidades, antigos pontos de passagem para o litoral, permanece em algumas porções mais peculiares do Estado (98).

O *Vale do Paraíba*, com um substrato étnico e cultural idêntico ao da anterior, e semelhante ao da *Mantiqueira* (Zona de Bragança), caracteriza-se, todavia, pela presença de suas cidades em fase de industrialização. Aliás, as áreas do médio vale têm população urbana bem maior que as serranas. Referindo-se ao Vale do Paraíba, eis o que nos diz Rubens Borba de Moraes: "Essa gente do Vale do Paraíba, oriunda de uma mescla com índios de outras tribos que a dos campos de Piratininga, vivendo durante séculos mais ligada à gente mineira e fluminense, cedo vai se diferenciar da gente do vale do Tietê e conservar um caráter especial até nossos dias" (99). Toda essa área possui, ainda, a característica de englobar uma numerosa população de cor, dada a importância que aí teve a escravatura. Ao mesmo tempo, e com exceção da área de Bragança, com forte efetivo de Italianos, quase não conheceu a imigração estrangeira (100).

A *Zona Industrial* compreende a cidade de São Paulo e seus arredores, chegando a atingir Jundiaí ao norte e invadir a Depressão Paleozóica, em Sorocaba e Salto. É evidente que, dentro dessa grande área, não temos uma contínua e única paisagem industrial. Entretanto, o domínio da indústria como atividade econômica, as grandes concentrações urbanas, as atividades agrárias frequentemente ligadas ao centro urbano consumidor, justifica que se a considere como unidade.

Sob o ponto de vista humano também não é possível deixar de considerar uma região que coincide grossiramente com a *Depressão Paleozóica*. A Zona dos Campos Gerais, da A. G. B., contrasta com as do Médio Tietê e dos Campos Cerrados. A primeira, de povoamento mais antigo, é uma área pobre economicamente e com baixas densidades de população. O fato de nela estar situada Sorocaba não invalida a observação, dado que, para o nosso objetivo, é preferível considerar Sorocaba dentro da área industrial do Estado. As outras duas zonas, de povoamento mais recente, mas em processo ainda até fins do século passado, já são mais densamente habitadas e nas suas atividades agrícolas (cana, café, fruticultura, algodão), assim como na sua rede de comunicações e numerosas cidades, revelam-se com uma paisagem bem mais humanizada.

Não nos atrevemos a distinguir regiões geo-humanas dentro do *Planalto Ocidental do Estado*. Na melhor das hipóteses poderíamos caracterizar uma ou outra área, sem que, entretanto, ficassem definidas regiões. É que quase todo o Planalto Ocidental foi povoado recentemente; só constituem exceções

(97) SILVEIRA, João Dias da — *Obra citada* e SCHMIDT, Carlos Borges — *Paisagens Rurais* — São Paulo.

(98) SCHMIDT, Carlos Borges — *Obra citada*.

(99) MORAES, Rubens Borba de — *Obra citada*, pág. 75.

(100) Além das obras de MONBEIG e DEFFONTAINES, veja-se MÜLLER, Nice Lecocq — *Sítios e Sítiantes no Estado de São Paulo*, São Paulo, 1951.

alguns trechos do Alto Planalto, cujo povoamento é anterior ao século atual. Por outro lado, o processo de povoamento da maior extensão dessa região obedeceu o mecanismo das zonas pioneiras e, em alguns casos, como o das barrancas do Paraná, o caráter pioneiro ainda não desapareceu de todo. Convém, a esse respeito, lembrar as palavras de Deffontaines: "É o homem, mais que a natureza, que cria a paisagem; é ele que constitui sobre a terra estas vestimentas particulares que fazem nascer os nomes de regiões" (101). É lógico que, conforme já acentuou Deffontaines, a juventude do povoamento ainda não pode definir paisagens e a extrema instabilidade, que as caracterizam, é justamente decorrente da própria mobilidade dos homens e da precariedade de algumas atividades econômicas. Não se estruturaram ainda as definitivas paisagens culturais e a dinâmica do povoamento e da economia poderão, ainda, trazer modificações muito sensíveis. Mais uma vez, um contraste com as zonas velhas, onde o homem já definiu paisagens, porquanto nelas já estão definitivamente marcados os traços de uma ocupação antiga do espaço rural ou dos quadros urbanos.

BIBLIOGRAFIA CITADA

1. AB'SABER, Aziz Nacib — *A Geomorfologia do Estado de São Paulo* — in "Aspectos Geográficos da Terra Bandeirante" — Simpósio organizado pelo Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1954.
2. ARAUJO Filho, José Ribeiro de — *A Bairrada do Rio Itanhaém* — Estudo de Geografia Regional, São Paulo, 1951.
3. AZEVEDO, Aroldo de — *Vilas e Cidades do Brasil Colonial* — (Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva) — Trabalho apresentado à consideração da X.^a Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros e aprovado para publicação nos Anais do referido conclave. São Paulo, 1955; e Boletim n.º 203 (Geografia n.º 11) da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, S. Paulo, 1956.
4. BAPTISTA Filho, Olavo — *Ecologia e Aspectos Demográficos do Estado de São Paulo* — in "Boletim Paulista de Geografia", N.º 16, São Paulo, março de 1954.
5. BASTIDE, Roger e outros — *Relações Raciais entre Negros e Brancos* — Anhembi, São Paulo, 1955.
6. CAMARGO, José Francisco de — *Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos* — (Ensaio sobre as relações entre a Demografia e a Economia) — 3 volumes, São Paulo, 1952.
7. CARVALHO, Maria Conceição Vicente de — *O Porto de Santos* — in "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", Vol. 4, Rio de Janeiro, 1944.
8. DEFFONTAINES, Pierre — *Como se constituiu no Brasil a Rede das Cidades* — in "Boletim Geográfico", Ano II, N.º 14, maio de 1944 e Ano II, N.º 15, junho de 1944, Rio de Janeiro.
9. — *Regiões e Paisagens do Estado de São Paulo* — in "Boletim Geográfico", Ano II, N.º 24, março de 1945 e Ano II, N.º 25, Abril de 1945, Rio de Janeiro.
10. DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO — *Seção de Informações — Dados para a História da Imigração e da Colonização em São Paulo* — São Paulo, 1916.
11. ELLIS Júnior, Alfredo — *O Bandeirismo Paulista e o Recôdo do Meridiano* — Companhia Editora Nacional, "Brasiliana", São Paulo.
12. FERRAZ, Brenno — *Cidades Vivas* — Monteiro Lobato & Comp., São Paulo, 1924.
13. FRANÇA, Ary — *A Ilha de São Sebastião* — Estudo de Geografia Humana, São Paulo, 1951.
14. I. B. G. E. — Conselho Nacional de Estatística — Serviço Nacional de Recenseamento — *VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950* — Série Regional, Volume XXV, Tomo 1, Estado de São Paulo, Censo Demográfico, Rio de Janeiro, 1954.
15. I. B. G. E. — Conselho Nacional de Estatística — Serviço Nacional de Recenseamento — *VI Recenseamento Geral do Brasil (1 de julho de 1950)* — Censo Demográfico, Estado de São Paulo, Seleção dos Principais Dados, Rio de Janeiro, 1953.
16. I. B. G. E. — Conselho Nacional de Estatística — *Boletim Estatístico* — Ano XIII, N.º 52, Rio de Janeiro, outubro-dezembro de 1955.
17. KELLER, Elza Coelho de Souza — *Notas sobre a Evolução da População do Estado de São Paulo de 1920 a 1950* — in "Aspectos Geográficos da Terra Bandeirante", Simpósio organizado pelo Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1954.

(101) DEFFONTAINES, Pierre — *Obra citada*, pág. 1.837.

18. LOBATO, Monteiro — *Cidades Mortas* — Obras Completas, Brasiliense, São Paulo, 1946.
19. MILLIET, Sérgio — *Roteiro do Café e outros Ensaios* — São Paulo, 1941.
20. MONBEIG, Pierre — *Pionniers et Planteurs de São Paulo* — Colin, Paris, 1952.
21. — *A Divisão Regional do Estado de São Paulo* — Relatório apresentado à Assembléa Geral da A. G. B., reunida em Lorena, em nome da Secção Regional de São Paulo — in "Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros", Vol. I, (1945-1946), São Paulo, 1949.
22. MORAES, Rubens Borba de — *Contribuição para a História do Povoamento em São Paulo até fins do século XVIII.* — in "Geografia", Ano I, N.º 1, São Paulo, 1935.
23. MÜLLER, D. P. — *Ensaio d'Um Quadro Estatístico da Província de São Paulo* — Reedição Literat, São Paulo, 1923.
24. MÜLLER, Nice Lecocq — *O Norte do Paraná* — in "Boletim Paulista de Geografia", N.º 22, São Paulo, março de 1956.
25. — *Sítios e Sítiantes do Estado de São Paulo* — São Paulo, 1951.
26. PAPPY, Louis — *En Marge de l'Empire du Café — La Façade Atlantique de São Paulo* — separata de "Les Cahiers D'Outre-Mer", tomo V, 1952, Bordeaux.
27. PEIXOTO, Afrânio — *Clima e Saúde* — Companhia Editora Nacional, "Brasíliana", São Paulo, 1938.
28. PETRONE, Pasquale — *A Cidade de São Paulo no Século XX* — in "Revista de História", Volume X, Ns. 21 e 22, janeiro-junho de 1955, São Paulo.
29. PRADO Júnior, Caio — *Formação do Brasil Contemporâneo* — I, Colônia, Brasiliense, São Paulo.
30. — *O Fator Geográfico na Formação e Desenvolvimento da Cidade de São Paulo* — in "Geografia", Ano I, N.º 3, São Paulo, 1935.
31. — *Nova Contribuição para o Estudo Geográfico da Cidade de São Paulo* — in "Estudos Brasileiros", Ano III, Vol. VII, Rio de Janeiro, 1941.
32. RAMOS, Arthur — *Introdução à Antropologia Brasileira* — 2 volumes — Coleção Estudos Brasileiros da Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1951 e 1947.
33. SAMPAIO, Theodoro — *O Tupi na Geografia Nacional* — 3.ª edição, Bahia, 1928.
34. SCHMIDT, Carlos Borges — *Paisagens Rurais* — Secretaria da Agricultura, São Paulo.
35. SILVEIRA, João Dias da — *Baixadas Litorâneas Quentes e Úmidas* — São Paulo, 1950.
36. SIMONSEN, Roberto C. — *Ensaios Sociais, Políticos e Econômicos* — Edição da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, São Paulo, janeiro de 1943.
37. ALMEIDA, Vicente Uuzer de e MENDES Sobrinho, Otávio Teixeira — *Migração Rural-Urbana* — Secretaria da Agricultura, Diretoria de Publicidade, São Paulo, 1951.
38. VIANNA, F. J. Oliveira — *Populações Meridionais do Brasil* — São Paulo, 1920.
39. — *Raça e Assimilação* — Companhia Editora Nacional, "Brasíliana", São Paulo.